



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – REDE
PROFHISTÓRIA

FREDERICO BRUNO BARBOSA TOMAZ

A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NO LIVRO
DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

CRATO - CE

2021

FREDERICO BRUNO BARBOSA TOMAZ

A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NO LIVRO
DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio José Queiroz.

FREDERICO BRUNO BARBOSA TOMAZ

A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NO LIVRO
DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio José Cavalcante de Queiroz (Orientador)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Profa. Dra. Raquel Dias Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. José Pereira
Universidade Regional do Cariri (URCA)

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar essa dissertação, pensei em escrever em primeira pessoa. Contudo, no decorrer do tempo, ficou muito nítido a mim que seria impossível a realização deste trabalho sem um conjunto de pessoas com suas ajudas pequenas, mas não menos importante, e gigantes.

A ordem dos agradecimentos é completamente aleatória e cometerei injustiças com algumas ausências, pois é próprio de mim, um historiador dado ao esquecimento. Porém, tenho plena convicção de todos citados ou não que me trouxeram até aqui.

Primeiro, agradeço à minha família, de tantos os nomes que a compõe não caberia aqui se citados, pelas experiências de vida que somente pessoas tão singulares e diferentes são capazes de promover. Agradeço, em especial, à Terezinha, minha mãe, pessoa a quem minha admiração vai muito além de um laço consanguíneo, agradeço pela dedicação para que eu fosse a pessoa que sou e por ser a pessoa que é.

Agradeço à Universidade Regional do Cariri – URCA e ao programa de Pós-graduação PROFHISTÓRIA, não só pela oportunidade que me foi permitida, mas pelo trabalho indispensável para o conjunto da sociedade.

Agradeço a meu orientador, camarada de luta e amigo, Professor Dr. Fábio José, pela sua consagrada paciência com minha conhecida indisciplina.

Agradeço meus colegas de mestrado pelas trocas de ideias, risadas e companheirismo, em especial Josy, Geimison e Júlio, com quem dividi a aventura semanal de cruzar o Estado em busca de um sonho.

Agradeço à Professora Dra. Raquel Dias por tão prontamente ter se postado a avaliar este trabalho e ao Professor Dr. José Pereira pela acolhida, pelas polêmicas entre política e arte e pela amizade sincera de tantos anos.

Aos meus amigos Artemis, Rafael Rabelo e Edmar, pela paciência com a minha insegurança e pelas importantes contribuições ao meu trabalho.

A minhas companheiras para a vida, Lana e Bruna, pelo amor, confiança e carinho que essas pessoas maravilhosas depositam a mim. Sem o impulso e inspiração de vocês este trabalho jamais existiria.

À Cecília e Lara, pela energia e alegria que trazem à minha vida. Que a juventude em vocês continue eterna!

Ao Pacote, por ter sido minha companhia nos momentos mais sombrios do ano de 2020.

A Ivan e Kariny por aceitarem a árdua tarefa de formatação e revisão, respectivamente, em condições inaceitáveis de uma semana de suas vidas formatando este texto. E mais

uma vez à Kariny, pela amizade e amor sinceros e por ter estado ao meu lado mesmo nos momentos mais difíceis, seja antes ou depois do mestrado.

E por último, mas não menos importante, à classe trabalhadora, sem a qual, de nenhuma maneira, este trabalho seria possível, em especial àqueles que na história tombaram na luta por um mundo digno. Por vocês e por todos nós, venceremos!

“Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão.
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção”

O operário em construção – Vinícius de
Moraes

RESUMO

O presente trabalho investiga como a História da Classe Trabalhadora Brasileira aparece inserida no conteúdo da disciplina História do Ensino Médio através dos livros didáticos. Trata-se de um trabalho de Historiografia que parte de uma discussão acadêmica para se debruçar sobre o livro didático do Ensino Médio buscando entender como as discussões teóricas da categoria História da Classe Trabalhadora Brasileira aparecem no processo de Ensino de História através do livro didático. Foram utilizadas duas coleções didáticas em nossa pesquisa: “História, Sociedade e Cidadania” de autoria de Alfredo Boulos Júnior, e “História em Debate” de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo. O recorte temporal empregado foi do final do século XIX até fim do século XX. Os capítulos analisados são os que tratam de temas em que a ação da classe trabalhadora ficou consagrada como parte do conteúdo. A Coleção História Sociedade e Cidadania tem um forte viés econômico, omitindo as condições de vida dos operários e apagando a população negra da classe trabalhadora brasileira. O operário representado nesta obra é um sujeito estrangeiro e concentrado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O autor omite a ação da classe trabalhadora como sujeito histórico durante a Era Vargas e as referências à História da Classe Trabalhadora Brasileira tornam-se cada vez mais escassas até deixar de existir no último capítulo, contribuindo para uma percepção de que as lutas dos trabalhadores, suas ações, enfim, sua História, seriam coisas do passado. A Coleção História em Debate tem influência da História Social, assumindo, de princípio, inspiração marxista. Todavia, a obra retrata o processo de transição entre trabalho escravo e trabalho livre como pacífica, como se fosse apenas um resultado de interesses internacionais e vantagens para os latifundiários locais. Não há menção às revoltas dos escravizados e ao movimento abolicionista. Transmite a impressão de que foram os trabalhadores europeus que ensinaram sobre greves à Classe Trabalhadora Brasileira. São omitidas as correntes ideológicas presentes no movimento operário e, em sua grande maioria, as organizações políticas dos trabalhadores não são citadas, apartando o movimento dos trabalhadores de sua dimensão política. Tal qual a primeira obra analisada, esta coleção também representa a luta de classes como um fenômeno do passado, e propõe, explicitamente, que os conflitos que permanecem hoje entre as classes seja resolvido “a frio”, pela política institucional. Concluímos ao final de nosso trabalho que a História da Classe Trabalhadora Brasileira está presente nos livros didáticos de História, porém como um sujeito sem um projeto político, que apenas reage às condições que lhe são dadas e que suas lutas hoje não existiriam. Propomos como produto um capítulo para um livro

didático que traga a História da Classe Trabalhadora Brasileira em uma abordagem temática.

Palavras-chave: Ensino de História. Livro Didático. História da Classe Trabalhadora. Marxismo.

ABSTRACT

This paper investigates how the History of the Brazilian Working Class appears inserted in the content of the History of High School subject through textbooks. It is a study of Historiography that starts from an academic discussion and focus on the textbook of High School, seeking to understand how the theoretical discussions of the category History of the Brazilian Working Class appears in the process of Teaching History through the textbook. Two didactic collections were used in our research: “História, Sociedade e Cidadania” by Alfredo Boulos Júnior, and “História em Debate” by Renato Mocellin and Rosiane de Camargo. The time frame used was from the end of the 19th century until the end of the 20th century. The analyzed chapters are those that deal with the action of the working class was enshrined as part of the content. The Collection História Sociedade e Cidadania has a strong economic bias, omitting the living conditions of the workers and erasing the black population of the Brazilian working class. The worker represented in this collection is a foreigner and concentrated in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. The author omits the action of the working class as a historical subject during the Vargas Era. The references to the History of the Brazilian Working Class become increasingly scarce until it ceases to exist in the last chapter, contributing to a perception that the workers' struggles, its actions and its History, would be a thing of the past. The Collection “História em Debate” is influenced by Social History, assuming a Marxist inspiration. However, the collection portrays the transition process between slave labor and free labor as peaceful, as if it were just a result of international interests and advantages for local landowners. There is no mention of the revolts of the enslaved and the abolitionist movement. This gives the impression that it was European workers who taught strikes to the Brazilian Working Class. The ideological trends present in the workers' movement are omitted and, for the most part, the workers' political organizations are not mentioned, separating the workers' movement from its political dimension. Like the first collection analyzed, it also represents the class struggle as a phenomenon of the past, and explicitly proposes that the conflicts that remain today between the classes be resolved by institutional policy. We concluded that the History of the Brazilian Working Class is present in history textbooks, but as a subject without a political project, who only reacts to the conditions imposed, and that his struggles today would not exist. We propose as a product a chapter for a textbook that brings the History of the Brazilian Working Class in a thematic approach.

Keywords: History teaching. Textbook. History of the Working Class. Marxism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA E SUA HISTORIOGRAFIA.....	15
2.1	Qual a importância de estudar a História da Classe Trabalhadora brasileira?.....	15
2.2	Definindo o que seria Classe.....	17
2.3	Historiografia Brasileira da Classe Trabalhadora.....	21
3	ENSINO DE HISTÓRIA, LIVRO DIDÁTICO E A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA.....	32
3.1	O Ensino de História e o Livro Didático.....	32
3.2	A História da Classe Trabalhadora no Livro didático de História.....	36
4	A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA.....	40
4.1	A seleção dos livros.....	40
4.2	Sobre a seleção dos conteúdos.....	43
4.3	Analisando os livros didáticos.....	44
4.3.1	<i>Coleção História, Sociedade e Cidadania.....</i>	44
4.3.2	<i>Coleção História em Debate.....</i>	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE PRODUTO	62
5.1	conclusões a respeito do livro didático de História.....	62
5.2	Uma proposta de um produto: um capítulo de livro sobre a História da Classe Trabalhadora Brasileira.....	65
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE A – A HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES E DAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA.....	71
	ANEXO A – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO PNLD 2018 FORNECIDA PELO FNDE.....	79

1 INTRODUÇÃO

Desde o momento em que surgiu, a classe trabalhadora assalariada moderna vem conquistando seu lugar na História. Dos primeiros escritos, ainda no século XVIII, aos grupos de pesquisa do século XXI, os historiadores e intelectuais discutem desde as transformações que os trabalhadores causaram no mundo ao seu redor até o que seria de fato essa classe que surgiu. Desse modo, esse próprio debate, recheado de polêmicas, idas e vindas, produziu sua própria História. Essa História da Classe Trabalhadora, como não poderia deixar de ser, teve no marxismo sua vertente historiográfica mais significativa, o materialismo histórico dialético, que nos foi apresentado por Marx e se propõe desde o princípio a ser a ciência da classe trabalhadora e para tanto, tem a classe como seu principal objeto. Desse modo, seria impossível lidar com tal objeto sem o debate com o marxismo, mesmo que seja em sua crítica, o que não é o caso de nosso trabalho, se muito pelo contrário, temos por objetivo reafirmar o marxismo como método central no estudo da classe proletária.

A moderna classe trabalhadora assalariada desponta como sujeito social relevante no Brasil nos finais do século XIX e, da mesma forma, chama para si debates sobre sua História. Tal historiografia tem seu percurso próprio, apesar dos contatos com a produção e conseqüente influência europeia, formando uma História singular para Classe Trabalhadora Brasileira.

Qual seria, então, o lugar de um sujeito histórico tão importante dentro do Ensino de História? Em um país onde a Educação Pública é a principal alternativa para os filhos da classe trabalhadora, esses jovens estão tendo contato com a História da classe de seus pais? Se estão, como lhes é apresentado esse sujeito histórico? Essas perguntas são as geradoras do trabalho de dissertação que hoje temos em mãos.

O presente trabalho investiga como a História da Classe Trabalhadora aparece inserida no conteúdo da disciplina de História do Ensino Médio por meio dos livros didáticos. Trata-se de um trabalho de Historiografia, onde o livro didático é a fonte e o objeto de estudo pelo qual tentaremos alcançar um aspecto dentro do Ensino de História, uma vez que aquele é a principal fonte bibliográfica presente em sala de aula.

A trajetória de nossa pesquisa parte de uma definição do que seria classe social, ponto em que afirmamos os conceitos marxistas de classe, em especial de classe trabalhadora. Tomamos como referência a leitura thompsoniana de classe enquanto relação social, ou seja, que se define não somente por seus critérios objetivos na esfera da produção, mas por suas características subjetivas como organização, cultura e luta

(MATTOS, 2019), tentando assim afastar-nos da crítica feita ao marxismo como economicista e teleológico, mas sem manter distanciamento das leituras de Marx.

Tendo nossa compreensão por classe definida, partiremos para buscar as leituras que a Historiografia Brasileira já fez a respeito desse tema. Iremos a uma discussão sobre a trajetória da História da Classe Trabalhadora na Academia e até fora dela.

Os caminhos da classe trabalhadora brasileira na História foram tortuosos, demoraram muitos anos até que a Academia se interessasse por este tema enquanto objeto e, quando o fez, mais tempo se passou até que fosse um objeto relevante. Coube aos próprios intelectuais da classe contar a sua História, no que ficou conhecido como historiografia militante (BATALHA, 1998), tentaremos ressaltar neste trabalho sua importância, sem deixarmos de lado seus equívocos. A classe trabalhadora só vem a ser objeto de interesse, de fato, para a academia quando aquela pressiona a conjuntura de tal forma com o surgimento do Novo Sindicalismo nos finais dos anos 1970. Contudo, mesmo com a chegada no Brasil das leituras da História Social com as obras de E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, nesse período, percebemos que a força de uma leitura avessa ao marxismo se fará presente e esses autores passarão por um processo de "domesticação" (MATTOS, 2013) e que a tão falada hegemonia marxista da década 1980 na historiografia não passaria de um mito, divulgado mais pelos que interessam em desqualificar o materialismo histórico do que em defendê-lo (FONTES, 2017), de modo que chegamos aos dias atuais, com a produção de um considerável campo de estudos sobre o trabalho e trabalhadores que permite uma diversidade de temas e abordagens (BATALHA, 2006). Porém, a classe social acaba entrando em segundo plano nos estudos do que hoje chamamos de História do Trabalho.

Tendo acompanhado nosso objeto, que seja a História da Classe Trabalhadora Brasileira, se faz necessário debruçarmo-nos sobre nossa fonte de análise, o livro didático. Embora seja um objeto complexo, pois permite diversos enfoques, nossa escolha se dá devido a sua relevância no ensino de História dentro das Escolas de Educação Básica e as possibilidades de conexão com a História da classe trabalhadora. Mesmo não sendo um representante fiel do processo de ensino e aprendizagem, o livro didático nos coloca a possibilidade de termos acesso ao conteúdo que é tratado em sala de aula, muitas vezes de forma mais próxima da realidade dos que os currículos oficiais. Por isso, faremos uma aproximação da historiografia acadêmica com o conteúdo produzido no livro didático, mais especificamente uma aproximação da História da Classe Trabalhadora com o conteúdo do livro didático. (HENTZ, 2015).

O Livro Didático de História tem sua trajetória ligada à história da disciplina escolar sobre a qual trata, mas além disso, também é parte de um processo de massificação e uniformização da Educação no Brasil. Dos manuais importados da Europa ao momento em que o país se transformou no maior comprador de livros didáticos do mundo, foi um percurso recheado de disputas políticas pelo seu conteúdo e sentido. Da influência iluminista e positivista até a História Cultural, o conteúdo do livro teve uma relação contraditória com a produção da Academia. Se, por um lado, ele busca se apropriar dos conhecimentos históricos produzidos nos espaços acadêmicos, por outro, os excessos de simplificações do livro didático e as necessidades mercadológicas do livro enquanto mercadoria faz com que nem sempre haja uma reprodução ideal dos avanços na historiografia. (FERRAZ, 2011).

Talvez por essas características seja tão popular os estudos no Ensino de História sobre livro didático, sua importante presença em sala de aula, sua relação com a historiografia acadêmica e seu acesso facilitado.

No que diz respeito à nossa pesquisa, a aproximação entre o livro didático e a História da classe trabalhadora, existem poucos estudos nesse sentido, sendo o mais recorrente a dissertação de mestrado escrita por Ferraz (2011), que traz uma discussão relacionando história e memória.

Nosso trabalho, em diálogo com o apresentado por Ferraz, propõe que o livro didático de História assume um importante papel de construtor e portador de práticas, técnicas e conceitos que nos remetem à história e a uma ideia (ou ideias) de classe trabalhadora e, no limite extremo, da noção de consciência de classe. Nesse sentido, se coloca como um espaço de problematização da classe, de seus delineamentos e de seus constructos teóricos. É objeto econômico, social, político e cultural, e, de certo modo, é influenciado pelas políticas públicas hegemônicas em um determinado período.

Por fim, ao ser portador de uma história da classe trabalhadora, ainda que fragmentada, é fruto também das disputas políticas e do estado das coisas no campo historiográfico e das representações desses processos na produção do livro destinado ao ensino de História. Desta forma, este trabalho busca perceber o lugar da classe trabalhadora no livro didático de História do Ensino Médio, tomando como referencial analítico as ferramentas teórico-históricas fornecidas pela oficina do marxismo.

Por Marxismo¹ entendemos o modo pelo qual o pensamento de Marx e seus seguidores utilizam tanto quanto ao objeto de pesquisa quanto ao método. Isso se dá pela

¹ Usaremos o termo Marxismo devido a uma leitura corrente na historiografia de que a categoria Materialismo Histórico seria uma compreensão do método de Marx apartado dos conceitos de Práxis e

natureza da investigação que pretendemos: um estudo dentro de uma compreensão da sociedade e da história como um resultado de luta entre as classes sociais pelos seus interesses.

A História, para Marx, ocupa um lugar central em seu papel de análise, chegando a afirmar que “conhecemos uma única ciência, a ciência da História” (MARX e ENGELS, 2010). Com isso, Marx nos indica que qualquer objeto ancorado no tempo, tendo sido resultado de processos anteriores a ele tem, por conseguinte, sua temporalidade definida também pela história. Isso interessa-nos quando lembramos que os livros didáticos sobre os quais nos debruçamos na pesquisa são em si objetos ancorados no tempo e por consequência suas próprias determinações se encontram amparadas na materialidade.

Os livros analisados foram selecionados entre as opções disponíveis no Programa Nacional do Livro Didático do ano de 2018 – PNLD 2018 e suas escolhas obedeceram a critérios distintos. A primeira obra trata-se da mais escolhida pelos professores dentro do Programa. A escolha dela procurou atender a um critério de representatividade, buscando tanto uma representação da mínima da realidade das salas de aula, como também do que seria para os professores um livro de história adequado ao Ensino Médio. Com a segunda, buscamos atender outros critérios, o que nos aproximou da proposta de produto, apresentada mais a diante, resultado desta pesquisa. Escolhemos a única obra do PNLD 2018 que se propõe uma abordagem temática dos capítulos o que, para nosso objeto, se mostrou uma abordagem pertinente, nos permitindo possibilidades tanto de pesquisa, quanto na intervenção através da proposta de produto que traremos. As análises das obras nos mostraram que, apesar da presença da classe trabalhadora no livro didático, essa se faz através de uma seleção que privilegia uma imagem sobre a classe que entra em contradição não só com a historiografia recente sobre o tema, mas também com as concepções marxistas que os autores didáticos afirmam defender.

O presente trabalho não poderia deixar de trazer parte de nossas experiências tanto de militância política em organizações da classe trabalhadora, quanto de atuação como professor de ensino médio na rede pública. Tais experiências apontam uma necessidade de crítica às compreensões tradicionais da História da Classe Trabalhadora Brasileira, nas quais a classe aparece de forma mecânica sem ação e presa a estruturas rígidas, mas também a negação da existência de uma classe operária que age movida por interesses coletivos e não somente como indivíduos. Tais interpretações observadas de

Socialismo (BARROS, 2011). Compreendemos que não seria possível fazer essa separação sem uma perda do pensamento de Marx sobre História, por isso nos reivindicamos marxistas e não materialistas históricos.

forma tanto empírica, quanto no decorrer de nossa pesquisa, constroem uma imagem da classe trabalhadora como um conceito obsoleto e anacrônico com os tempos presentes, uma visão que dificulta os estudantes de se reconhecerem enquanto parte da classe trabalhadora. Compreendemos, portanto, que dentro do Ensino de História existe espaço para uma discussão a respeito do papel da classe trabalhadora enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que esta se move pelos caminhos da Luta de Classes.

Por fim, nossa pesquisa permitiu a produção de uma proposta de material didático que estará à serviço da História da Classe Trabalhadora do Brasil tanto dentro quanto fora dos espaços escolares. Esse material é resultado exatamente das críticas que foram feitas aos livros didáticos analisados e traz consigo a proposta de acrescentar ao livro didático temático de História um capítulo que trata sobre a História da Classe Trabalhadora Brasileira. O uso da História temática se faz pela adequação possível do material tanto para que se possa ser usado no ambiente escolar, integrado a um livro didático, quanto isoladamente, em espaço de formação que se pretenda alcançar não só aos filhos como os próprios trabalhadores e que esteja à serviço de sua luta.

2. A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA E SUA HISTORIOGRAFIA

2.1. Qual a importância de estudar a História da Classe Trabalhadora brasileira?

O trabalho que apresentamos tem como objeto a Classe Trabalhadora Brasileira e o Ensino de História, no que diz respeito, especificamente, em compreender qual o papel dado a essa classe dentro do livro didático de História. O percurso a ser traçado partirá de um breve debate teórico sobre o conceito de classe trabalhadora adotado por nós para que, em seguida, possamos adentrar na investigação dos livros didáticos escolhidos, buscando encontrar nestes as categorias que discutiremos neste primeiro capítulo.

Daqui em diante, apresentaremos qual conceito de classe iremos trabalhar, como definiremos a classe trabalhadora brasileira, tendo por base o acúmulo marxista sobre o tema das classes sociais. Em seguida, iremos apresentar como a Historiografia trata a classe trabalhadora no Brasil, do século passado até hoje.

Tendo em vista o objetivo apresentado do trabalho, que seja, analisar a classe trabalhadora brasileira dentro do livro didático de História do Ensino Médio, um primeiro dilema nos foi colocado: Como chamar o ramo da História que trata dessa classe? Talvez, essa aparente ser uma polêmica de superfície, mas a profundidade do debate está nas categorias e escolhas as quais são feitas a partir deste ramo, que nos dá pistas de como o pesquisador pensa sobre o que seria classe trabalhadora e seu papel na História. Em obras acadêmicas que datam até fins da década de 1980, costuma-se fazer esses estudos como “História Operária”, uma formulação tão clássica que, quando apresentamos nosso projeto de pesquisa utilizamo-la. Porém, essa categoria pode induzir a um erro. Como veremos adiante, o que entendemos por Classe Trabalhadora tem critérios objetivos², sobre seu local no processo de produção e relação com o Trabalho, mas também se define por critérios subjetivos relacionados a suas relações sociais estabelecidas entre si e outras classes. Essa dupla dimensão da categoria classe social tenta capturar o movimento, como se espera de uma análise marxista, e entende que a dialética entre critérios objetivos e subjetivos são indissociáveis. Ao falarmos apenas “História Operária” podemos acabar

² Em vários momentos utilizamos “objetivo e subjetivo” como características da classe. Por objetivo entendemos aquelas características dadas pela realidade concreta que independem dos sujeitos, como localização no processo de produção e posição social ao nascer. Já por subjetivo entendemos as características resultantes das escolhas e ações dos sujeitos como sua organização, lutas e manifestações culturais. Essa divisão, como apresentaremos no texto, é apenas analítica. Na realidade concreta, o objetivo e subjetivo possuem fronteiras porosas e pouco definidas.

por entender a classe somente por seus critérios objetivos, um tipo de análise muito comum naquilo que Hobsbawm (2013) chamou de “marxismo vulgar”³.

A palavra “operário”, em língua portuguesa, tende a designar o trabalhador fabril ou então, em um sentido mais amplo, podemos usá-la para designar o trabalhador que pratica o chamado Trabalho Produtivo. No que pese o fato de os escritos de Marx e Engels darem muita importância ao operariado industrial e o trabalho produtivo, não é possível igualar Proletariado, uma categoria que Marx usa para definir o conjunto da classe trabalhadora, a Operariado. Em termos históricos, ao se fazer essa falsa equivalência, pode levar a um negligenciamento de outras categorias que compõem a Classe Trabalhadora como sujeitos dentro da história da própria classe. Não estamos com isso menosprezando o papel do operário fabril na História, colocando como apenas mais um setor dentro da classe trabalhadora. Como veremos no decorrer do trabalho, o operário é um sujeito que tem um peso significativo e importante na História do Brasil, sendo uma das parcelas mais ativas da classe trabalhadora brasileira. Porém, acreditamos que um trabalho que se limitasse a essa parcela da classe seria parcial e poderia levar a uma compreensão errônea de Classe com a qual trabalhamos.

Batalha (2006) argumenta pela substituição da categoria História Operária por História do Trabalho, em uma crítica direta aos que defendem a primazia do trabalhador produtivo pois, segundo o autor, “a redução da história do trabalho ao operariado fabril é inaceitável, que seria necessário incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais” (BATALHA, 2006, p. 89), uma defesa que, em princípio, temos acordo, porém não a achamos suficiente como delimitador do nosso objeto de estudo. Ao afirmarmos “História do Trabalho” acabamos por centralizar o debate do campo de estudo na definição da categoria “Trabalho” e não no sujeito, o que pode nos levar a armadilha de ignorar as subjetividades desse sujeito histórico específico e inverter em uma pesquisa objeto e sujeito. O marxismo já sofre por demais acusações injustas de objetivista e de ignorar as subjetividades para que possamos nos dar ao luxo de fornecer matéria-prima aos seus detratores. Se ao falarmos História do Trabalho ampliamos o debate para além da esfera do operariado industrial precisamos ir além e pensarmos nas questões objetivas e subjetivas do assalariado moderno, a quem Marx chamou Proletariado. Então, não por

³ Hobsbawm ressalta que “a contribuição marxista para ciência da História foi fundamental para seu desenvolvimento, porém, existe uma leitura feita pelos críticos do marxismo e até por alguns marxistas que umas poucas ideias relativamente simples, ainda que vigorosas, que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx e aos movimentos inspirados por seu pensamento, mas que não são necessariamente marxistas, ou que, na forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx.” (HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 134)

um desacordo com a definição de Batalha deste ramo da Historiografia, mas por uma precisão com o sujeito histórico e com a categoria Classe Social, optamos por tratar, de agora em diante, de História da Classe Trabalhadora Brasileira, pois no que perdemos em concisão, ganhamos ao ressaltar que nosso objeto não é uma prática, o Trabalho, mas uma classe, os Trabalhadores, mais especificamente, a moderna classe trabalhadora assalariada que, como veremos adiante, ganhou significância no Brasil como tal aos finais do século XIX e início do século XX e, portanto, esse é o início do marco temporal a ser analisado.

2.2. Definindo o que seria Classe

A palavra classe, conforme utilizada no cotidiano, tende a não representar exatamente seu sentido de categoria como compreende a literatura marxista. No dia a dia, classe é utilizado para agrupar pessoas em uma determinada faixa de renda, de modo que as questões sociais se explicam pelo acesso a bens de consumo ou oportunidades, sem haver relação alguma entre aqueles que têm mais acesso por possuírem uma renda maior e aqueles que não têm acesso. Essa compreensão de classe, compartimentada, porém não relacionada, é comum no pensamento liberal, onde a pobreza não é fruto da riqueza, mas resultado das diferenças naturais entre os indivíduos. Como se pode observar, um discurso muito cômodo àqueles que concentram a riqueza na sociedade.

Em um outro sentido, talvez com uma argumentação mais economicista, classe tende a agrupar pessoas por sua profissão ou atividade. Desse modo, seriam membros da classe trabalhadora todos aqueles que exercem funções relacionadas à produção direta de mercadorias e riquezas e seriam membros da burguesia todos aqueles que são possuidores dos meios de produção. Durante muito tempo um determinado marxismo defende alguma variável dessa concepção, dando ao caráter de classe um sentido apenas objetivo, em que o proletariado seria formado por aqueles que realizam trabalho produtivo material (POULANTZAS, 1978). Essa definição costuma esbarrar na realidade complexa, onde trabalhadores produtivos e improdutivos convivem, compartilham inúmeras experiências e, principalmente, lutam juntos. Não seria coerente separar esses trabalhadores em classes diferentes quando eles agem efetivamente como uma mesma classe em suas dimensões subjetivas.

O que as interpretações anteriores, tanto a primeira mais simplista como de setores do chamado marxismo ortodoxo, têm em comum é que tiram o conceito de classe da história, colocando como estruturas sociais fixas que apenas se repetem. E.P.

Thompson nos traz em “A Formação da Classe Operária Inglesa” uma definição diferente de classe:

Por classe, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura” nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja a ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 2004, p. 09).

A definição de classe trazida por Thompson, além de colocar o conceito em movimento ao localizá-lo na história, apresenta um caráter subjetivo ao dizer que esse seria fruto das relações humanas. Thompson acrescenta:

A classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujo os interesses diferem (e geralmente se opõe) (THOMPSON, 2004, p. 10).

Fica evidente por essa leitura de Thompson que o autor compreende classe não como uma posição meramente objetiva, mas também subjetiva, como fruto de uma relação social entre pessoas em determinados momentos históricos sob determinadas circunstâncias e em busca de determinados interesses. Como Thompson se coloca no campo do marxismo, resta-nos a pergunta se seu conceito de classe encontra respaldo em Marx. Acreditamos que sim e, afim de comprovarmos essa ideia, iremos usar algumas obras da literatura marxiana e marxista como evidências.

Quando observamos o processo de apresentação do “Manifesto Comunista” (MARX e ENGELS, 2010), obra em que primeiro Marx apresentou uma definição de classes sociais, percebemos o cuidado com que teve de apresentar o surgimento primeiro da burguesia, colocando essa classe como resultado de avanços objetivos, “A burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e troca” (MARX e ENGELS, 2010, p. 41), ao mesmo tempo, ao afirmar que “cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente” (MARX e ENGELS, 2010, p. 41), os autores deixam claro que ela se define pelo espaço da política e não só da produção econômica.

Ainda, se isso não for o suficiente para concluir que, em Marx, a burguesia é resultado da interação entre fatores objetivos e subjetivos, façamos a leitura do seguinte trecho ainda do manifesto: “A Burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e com isso, todas as relações sociais” (MARX e ENGELS, 2010, p. 43).

É verdade que o Manifesto é uma obra pouco analítica por se tratar de uma produção com objetivos de agitação política, contudo, ali é possível compreender uma síntese do pensamento marxiano e a leitura de obras seguintes não permite tirar conclusões diferentes.

Importante ressaltar que essa continuidade na obra de Marx se dá pelo seu método escolhido. Marx não trabalha suas categorias como abstrações onde a realidade é encaixada, e, por consequência, vê-se preso às próprias categorias quando a realidade se transforma, tão pouco parte de uma mera análise empírica da realidade onde apenas descreve os fenômenos como eles se apresentam, sem buscar suas determinações. As categorias marxianas são construídas partindo da realidade concreta, abstraindo em suas determinações e tentando entender seu movimento. Com isso a categoria Classe em Marx não vem de uma abstração, é, como nos diz Mattos:

Marx e Engels encontraram-se de fato com a classe trabalhadora em seu processo de formação, mas por certo não a inventaram, como também não poderiam ter inventado uma categoria de análise que já estava presente no vocabulário da época e na consciência daquele grupo social com o qual se identificariam politicamente. No entanto, elaboraram um conjunto de análises e um método de entendimento das sociedades humanas em uma dinâmica histórica que tivesse a categoria “classes sociais” um de seus alicerces fundamentais. (MATTOS, 2019 p. 21).

Ou seja, partindo de uma realidade concreta, Marx e Engels forjaram seu conceito de classes sociais, como vimos também na análise da burguesia, e agora quando partimos na definição de proletariado ao definir como resultado do desenvolvimento da própria burguesia:

As Armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo, voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejam essas armas - os operários modernos, os proletários. Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital” (MARX e ENGELS, 2010 p. 45).

O que podemos depreender do citado é que o proletariado é fruto do próprio avançar da burguesia do ponto de vista objetivo, ao criar novas relações de produção, como do ponto de vista subjetivo, ao estabelecer novas relações sociais. Isso coloca a definição de Thompson em perfeita consonância ao pensamento de Marx.

Admitir fatores subjetivos na construção do proletariado em nada significa abandonar seus fatores objetivos. Isso é possível de observar quando o próprio Engels, em uma nota de rodapé para edição inglesa de 1888 do Manifesto, apresenta seguinte definição tanto de burguesia quanto de proletariado:

Por burguesia entende-se a classe dos Capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores de trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, os quais, não tendo meios próprios de produção, estão reduzidos a vender a sua força de trabalho para poderem viver. (MARX e ENGELS, 2010 p. 40).

Desta maneira, o critério objetivo desenvolvido por Marx e Engels na definição de Proletariado - o trabalho assalariado - não entra em contradição com a definição thompsoniana, como pode se deixar parecer a uma primeira vista. Se não pelo contrário, demonstra que Thompson derivou sua definição do entendimento marxiano.

Tendo o critério objetivo definido, ou seja, a classe em si, podemos partir para compreensão dos critérios subjetivos, a classe para si. Esse processo de transformação é mediado pela luta de classes, ou seja, pela relação em si entre as classes conflitantes em busca de seus interesses. Nesse processo, a própria posição de classe gera as condições para a organização de classe. A uniformização do trabalho, o agrupamento de trabalhadores em grandes unidades produtivas, o estabelecimento da concorrência como definidor do valor-trabalho e a ação da burguesia em aumentar a extração de mais-valia através da maior exploração do trabalho (MARX e ENGELS, 2007) constituem fatores objetivos que influem na construção de uma consciência de classe e por consequência uma afirmação da classe em si.

Uma classe é por aquilo que faz, mas, em última análise, ela se determina, também, por aquilo que ela faz e pensa de si, de como se conecta e organiza, de como atua e, principalmente, de como se relaciona, luta e delimita-se em relação às demais classes, notadamente no que concerne à burguesia. Em outros termos, a prática social e política define também o sentido de classe. Marx alude, inclusive, às noções de pertencimento e de comunidade.

Mas ninguém simplesmente escolhe a classe à qual irá pertencer. Decorre desse entendimento o seu caráter objetivo. O lugar do sujeito nas relações sociais e de produção é o ponto de partida de qualquer ideia de classe, mas o ponto de partida, por mais importante que seja - e é - não é suficiente para determinar a classe em seu significado mais preciso e abrangente. O marxismo fornece as ferramentas necessárias que nos permitem dispor do máximo de nitidez nas operações teóricas em torno dos marcos categoriais históricos relativos às classes sociais, e, em especial, no que diz respeito à classe trabalhadora.

A conclusão que podemos extrair dessa leitura é que a classe, em Marx, é ao mesmo tempo fruto de fatores objetivos como a posição social, como fatores subjetivos como organização e ação na luta de classes, e de todos os modos, a classe é definida enquanto uma relação social, entre objetividade e subjetividade. Não temos a intenção de

esgotar esse debate, mas ter aqui como ponto de partida do que estamos investigando em nossa pesquisa. A categoria classe social como trabalhada aqui permitirá que observemos sua apresentação dentro do Ensino de História.

2.3. Historiografia Brasileira da Classe Trabalhadora

A classe trabalhadora, então, que definimos partindo de Marx e Thompson, teve momentos de altos e baixos na Historiografia Brasileira, variando entre a quase inexistência de trabalhos a respeito dela até momentos de explosão de interesse de pesquisadores.

A Academia no Brasil demorou a tratar a classe trabalhadora como objeto de estudo, tendo as primeiras obras acadêmicas, assentadas nessa temática, surgido somente na década de 1960 (BATALHA, 1998). Porém, apesar de academicamente não serem conhecidas obras posteriores a este período, não se pode dizer que não existe produção historiográfica sobre a classe trabalhadora brasileira anterior a 1960. Claudio Batalha chama atenção para essa produção anterior feita pelo que chama de “militante”:

por militantes, refiro-me tanto a sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, como também jornalistas ou advogados, vinculados de forma militante ao movimento operário. São, portanto, os escritos historiográficos desses não acadêmicos que chamo de produção militante. (BATALHA, 1998 p. 146).

Tais produções, caracterizadas pelo compromisso de seus autores com a luta da classe trabalhadora, tiveram o mérito de serem os primeiros escritos da história dos operários brasileiros. Para além, como uma produção não acadêmica, sua circulação não se deu restrita a ambientes universitários, ou tradicionalmente intelectuais, tendo seus primeiros escritos encontrados em folhetos e jornais sindicais e de associações de trabalhadores.

Aqui cabe um destaque. Evidentemente, o fato de ser produzido nas fronteiras externas ao campo universitário, com efeito, não desmerece a qualidade do trabalho de teorização amparado nas práticas e estudos de pessoas que tinham no ativismo social e na militância política os elementos fundamentais de sua identidade. Embora não estejam embasados nos métodos, técnicas e rituais da academia, os textos de militância devem ser tomados com o máximo de seriedade. É contraproducente imaginar a história do proletariado brasileiro à margem desse período peculiar da historiografia do movimento operário.

Nessa perspectiva, as obras mais robustas produzidas por esses militantes datam das décadas de 1950 e 1960, a respeito das quais Batalha fará a seguinte observação:

Nesses anos, a produção militante assumirá fundamentalmente duas formas: das efemérides (a exemplo de Linhares, 1977, originalmente publicado em 1955); e daquilo que poderíamos chamar de histórias "corte" ou histórias "inaugurais" tendo como principal exemplo Pereira, (1962). (BATALHA, 1998 p. 147).

À primeira vista, essa dupla caracterização apontada por Batalha pode ser explicada tanto pela falta de técnica quanto pelo próprio compromisso militante que esses primeiros autores tinham com a causa dos trabalhadores. Não se pode menosprezar, contudo, o fato desse tipo de trabalho intelectual ter as suas próprias técnicas, sem desconsiderar, também, que os criadores da "produção militante", em geral, não tomavam como seus os critérios formulados nas oficinas do saber acadêmico. De fato, essa constatação não torna as obras militantes menores do que as engendradas com os valores e as técnicas do campo universitário, apenas trazem à luz a sua especificidade.

A coleção de efemérides, por exemplo, pode ser entendida mais como um recurso de preservação de memória do que exatamente como uma produção historiográfica, no sentido atribuído pelas práticas acadêmicas, o que não seria de se estranhar pelos antecedentes dos autores, que, geralmente, não contavam com formação universitária, salvo raras exceções. Já a visão de "História Inaugural" sugere uma explicação mais intrincada, já que ela se ligava à própria organização operária do período em que foi escrita. Nos anos 1950, o PCB era uma das principais forças políticas dentro do movimento operário e, portanto, suas formulações teóricas influíam decisivamente na esfera dos intelectuais que atuavam junto aos sindicatos e associações de trabalhadores. Dessa forma, não se estranha que as formulações da época buscassem uma teleologia na qual o surgimento do PCB, em larga medida, era apontado como o início do movimento operário brasileiro:

A coletânea de artigos de Astrojildo Pereira escritos entre 1947 e 1961, que em 1962 saíram em livro com o título *A formação do PCB* (Pereira, 1962), reúne todas as características dessa produção. Esses artigos cobrem o período que vai dos anos que antecedem a fundação do PC ao terceiro congresso desse partido, realizado entre 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929. E já nessa obra está presente a noção que até hoje pode ser encontrada, de que a fundação do PC inauguraria um novo período na história operária brasileira e uma demonstração de amadurecimento político dessa classe. 1922 torna-se uma data inaugural na história operária, um marco. (BATALHA, 1998 p. 148).

Ao falar dessa produção, pode-se passar a impressão de que, por seus compromissos militantes e visão teleológica, seria ela de menor importância. Contudo,

conforme indicamos há pouco, tal produção tem como mérito seu pioneirismo, sendo um ponto de partida comum a todos que se colocaram a produzir a História da Classe Trabalhadora Brasileira. Até mesmo o que poderia ser apontado como demérito, o compromisso militante, para nós é justamente aí que reside a maior força dessa produção, já que tinha o objetivo final de alcançar uma determinada consciência de classe e não somente a produção de uma explicação para os processos históricos. O compromisso de intervenção da realidade permaneceu presente nas produções militantes posteriores à década de 1960, alcançando até os dias atuais. Contudo, a contribuição acadêmica e o avanço na pesquisa histórica enriqueceram essa análise militante, mas, seguramente, não a substituem como, de modo presunçoso e errôneo, se poderia supor.

Na década de 1960, os estudos sobre o movimento operário e, por consequente, da classe trabalhadora brasileira, ganham uma interpretação de autores ligados à Sociologia, em especial em São Paulo. Essa síntese sociológica é responsável por várias narrativas que permaneceram hegemônicas por muito tempo na História da Classe Trabalhadora Brasileira, tratando de diversos temas, dentre eles, em especial, a origem imigrante estrangeira da classe trabalhadora e sua formação posterior à década de 1930. Importante dizer que, apesar de conter elementos históricos nessas análises, os problemas sobre os quais ela procurava se debruçar tinham um caráter mais sociológico, adequado à época, em que, na academia, se disputavam os sentidos e significados do Brasil enquanto sociedade e diversas teorias de desenvolvimento estavam em disputa. Tais controvérsias intelectuais, em última hipótese, subestimam o papel que a classe trabalhadora brasileira poderia ter no processo de desenvolvimento do país. Um exemplo disso é a visão que Batalha apresenta de um artigo de Fernando Henrique Cardoso intitulado “Situação e Composição de Proletariado Brasileiro” (1961):

Nessa análise, desde a Primeira República faltam condições para que a classe se constitua enquanto tal. Esse período seria marcado pela ausência de industrialização forte e homogeneizadora das relações sociais. A marca dos anos 1930-1940 seria a falta de liberdade sindical. E nos anos 1950 o principal traço seria a ausência de valores industriais entre esses trabalhadores, sem tradição de classe. Essa situação só poderia ser remediada com a transformação da sociedade brasileira numa verdadeira sociedade capitalista urbano-industrial, "adestrando" proletária para situação de classe. (BATALHA, 1998, p. 149).

Na passagem destacada, é possível observar que Batalha aponta em Cardoso uma visão elitista da classe, que aflora no pensamento do sociólogo uspiano, subjetivamente, como imatura, e, portanto, incapaz de ser sujeito de sua própria história e de agir com vistas à transformação social no país. Pelo contrário, para Cardoso seria a

transformação social, no caso o desenvolvimento do capitalismo, que iria transformar, ou melhor, adestrar essa jovem classe trabalhadora ainda em formação.

É possível aqui destacar sobre a produção desse período algo que Ronaldo Ferraz (2011) apontou ao dizer que “não se pode deixar de reconhecer nela, certa preocupação ideológica legitimadora” (FERRAZ, 2011, p. 48)⁴, não se diferenciando tanto assim da produção militante. Era como se fosse essa produção militante operária com o sinal trocado. Como mencionado, a disputa por uma explicação da sociedade brasileira e a busca por um projeto de desenvolvimento capitalista era o espírito do debate na Academia - e fora dela - naquele período. As posições ideológicas desenvolvimentistas buscavam dar uma resposta ao que seria a classe operária brasileira e qual seu papel nesse desenvolvimento. Nesse empenho, o proletariado era quase um figurante mudo, um instrumento imperfeito, um personagem em busca de si e de sua consciência social.

Até aqui nos detemos à produção nacional sobre a classe trabalhadora brasileira, não por não existirem trabalhos de autores estrangeiros que tenham se debruçado nesse objeto, mas porque queremos dar importância a como essa classe foi reconstruída na produção historiográfica brasileira. Contudo, prima neste momento fazer um breve debate mais abrangente de como a historiografia dos trabalhadores era discutida no plano internacional. Trazemos esse debate porque, por mais que, na década de 1960, e até mesmo de 1970, as renovações que determinados autores trouxeram ainda não tivessem desembarcado na Academia brasileira, o objeto dessas críticas já estavam presentes.

Na Europa, em especial na Inglaterra, durante as décadas de 1950 e 1960, alguns autores formularam críticas de como era produzida a História da Classe Trabalhadora. Destacam-se, nesse período, as obras de E.P Thompson e Eric Hobsbawm, autores esses que criticam desde a tradicional História Econômica, para qual segundo Thompson (1987), tratava a classe apenas como números e tabelas, até aquilo que Hobsbawm (1998) vai identificar como Marxismo Vulgar.

A crítica desses historiadores seria que, até então, a História da Classe Trabalhadora teria sido instrumentalizada por concepções teleológicas nas quais a classe era vista.

Como o relato do número de trabalhadores nas fábricas, sua associação mecânica a uma classe específica por estar situada numa determinada posição dentro das forças produtivas ou pelo papel histórico a ser cumprido dentro do compromisso com a revolução social. (FERRAZ, 2011, p. 42).

⁴ Esse entendimento não exclui que toda produção intelectual se cruza a uma visão de mundo que, em última instância, compreende uma posição ideológica. Foram-se os tempos nos quais o positivismo tentou imprimir às Ciências Humanas o selo da neutralidade axiológica. O rigor científico não elide a visão de mundo do pesquisador, que não pode, no entanto, ser um obstáculo à busca da verdade histórica.

Assim, a História da Classe Trabalhadora era igualada a História do Movimento Operário, suas organizações sindicais e partidárias que guiavam a classe trabalhadora para seu destino inexorável de protagonismo em uma revolução social.

Esse tipo de abordagem, sem dúvida, estava contaminada pela lógica do pensamento stalinista, que dentro do marxismo do período anterior (décadas de 1930, 1940) se erguia como uma das principais direções das organizações tanto políticas quanto econômicas da classe trabalhadora. No que diz respeito a essa questão, Ferraz nos diz:

É o caso, por exemplo, do stalinismo. Sob sua batuta, erige-se toda uma série de deformações. A história cessa de ser a memória coletiva e o reflexo da práxis acumulada, a soma das experiências vividas pelo movimento operário, para tornar-se um instrumento a serviço do partido, do Estado stalinista e da revolução, projetando tais elementos enquanto modelos a serem seguidos. (FERRAZ, 2011 p. 44).

Podemos perceber aqui que essa crítica a uma produção pautada na ideia de que tudo caminha e compartilha de uma única finalidade, baseada em um sistema de meios e fins, e a serviço de uma visão ideológica determinada, cabe naquilo que, no Brasil, ficou conhecido como produção militante das décadas de 1950 e 1960, assunto do qual já tratamos. Isso é possível verificar quando essa produção escolhe destacar a fundação do PCB, em 1922, como ato fundacional da História Operária Brasileira, tendo o período anterior, destacado pela ação de anarquistas e sindicalistas (socialistas ou não), como um momento de quase pré-história operária.

Importante afirmar que a crítica desses historiadores, em especial Thompson, apesar de se dirigir ao marxismo, não o nega e, pelo contrário, busca resgatar os elementos mais dialéticos dele. De fato, a crítica ao marxismo vulgar é um resultado de uma crítica a concepções que, no pós - segunda guerra, via que a classe trabalhadora, nos países industrializados, tinha deixado sua condição proletária e se *aburguesado*. Em trabalho recente, o professor Marcelo Badaró Mattos (2006) trata disso com bastante pertinência:

Para corretamente avaliar tal tradição é necessário situar o contexto de seu surgimento nas décadas de 1950 e 1960, quando a diminuição das disparidades na distribuição de renda e a ampliação no poder de consumo da classe operária dos países industrializados europeus, levaram alguns cientistas sociais a proclamarem o fim da classe operária e a homogeneização das sociedades de capitalismo avançado, com a afirmação de uma onipresente "classe média. (MATTOS, 2006 p. 84).

Tal tese, antes mesmo das críticas dos historiadores marxistas, já não se sustentava pois se ampara apenas em padrões de consumo, esquecendo de pensar nos

fatores objetivos e subjetivos que há pouco discutimos; fatores esses que são essenciais no esforço de compreensão do que seja classe social.

Como resposta às principais questões suscitadas por esse rico debate, Thompson faz uma discussão do conceito de classe mais abrangente do que o defendido pelo marxismo vulgar daquele período, mas sem se deixar influenciar por uma sociologia que buscava na abstração de uma sociedade de consumo as bases para supressão da categoria de classe trabalhadora, no sentido atribuído, por exemplo, pelo marxismo. Essa abertura permitiu que os historiadores da época resolvessem ampliar o leque de possibilidades nos estudos da classe trabalhadora, muitas vezes saindo do já estudado local de trabalho e espaços de luta política e, em larga medida, passando para o estudo do cotidiano, dos espaços de convivência e moradia, além de adentrar em setores mais específicos da classe como mulheres e estrangeiros. Dessa forma, não negando a luta de classes, mas a tomando em uma dimensão mais vasta do que às que se limitavam aos estudos de sindicatos e partidos.

Propunham - no interior dos marcos conceituais do marxismo - uma história não apenas econômica do capitalismo inglês, embora valorizassem a História Econômica. Forçando os limites da interpretação marxista dominante da época ressaltavam a importância e autonomia relativa de outros níveis de análise (político, social e cultural), destacando a relevância dos estudos historicamente localizados em que tais níveis pudessem ser observados em sua dinâmica inter-relação. (MATTOS, 2006 p. 85).

As preocupações de Mattos em afirmar o marxismo de Thompson não são desnecessárias. A chegada desse autor e do conjunto de suas ideias em torno da História da Classe Trabalhadora no Brasil será bastante contraditória. Se por um lado, eleva-se em pouco tempo a uma das principais referências historiográficas, fica evidente a tentativa de “domesticar” o autor, tirando dele as características marxistas, notadamente a concepção de totalidade e luta de classes, fazendo aproximações teóricas estranhas com a História Cultural e a Terceira Geração dos Annales. Mattos afirma que: “Do nosso ponto de vista, trata-se aí de uma clara tentativa de ‘domesticação’ das propostas do historiador inglês.” (MATTOS, 2006 p. 103), tratando por domesticar esse processo de "culturalização", ou seja, tratar a cultura não como um elemento importante da organização social, mas como determinante (MATTOS, 2006).

A explicação que leva a esse processo pode ser entendida quando olhamos para dois elementos: de um lado as características da historiografia brasileira que, desde sua fundação, sofre influência da historiografia francesa e, por consequência, um peso na História Cultural e de autores como Foucault. Essa influência fez com que a recepção da História Social Inglesa, em especial a obra *Miséria da Teoria*, de Thompson, fossem vistas

como um apoio contra o conjunto do marxismo, não somente ao althusseriano. Mattos complementa:

Quando, a partir dos anos 1990, a chamada “história cultural” de matriz francesa passou a dominar a historiografia brasileira, Thompson chegou a ser definido como “uma espécie de ‘versão marxista’ da história cultural”, entendida como uma evolução da “história das mentalidades” (MATTOS, 2014).

Porém, essa característica que se introduziu na historiografia brasileira, por si só, não responde à questão desse processo de domesticação pela qual a História Social Inglesa passou, afinal, se o peso da História Cultural e de autores franceses era tão grande, seria mais fácil simplesmente ignorar as leituras marxistas, em especial aquelas que não tinham como ser respondidas de forma satisfatória pelo culturalismo. De fato, se pensarmos que os escritos mais significativos de Thompson datam das décadas de 1950 e 1960, e tendo chegado ao Brasil somente nas décadas de 1970 e 1980, podemos dizer que por durante pelo menos uma década a historiografia brasileira ignorou a História Social Inglesa. Como vimos, durante o período no qual a História Social inglesa ascendia, a História da Classe Trabalhadora Brasileira ainda estava ou sendo escrita ou por militantes, os quais a despeito das suas disposições e boa vontade, careciam de técnicas mais rigorosas de pesquisa e de maior amplitude teórica, ou pela sociologia, que, no que pese ter mais técnica do que a historiografia militante, ainda estava a serviço da construção de uma determinada ideia de país na qual, em muitos casos, não havia espaço para a ação da classe trabalhadora.

A ausência de estudos históricos acadêmicos que pautassem a Classe Trabalhadora Brasileira, nas décadas de 1960 e início de 1970, não pode ser explicada só pela tendência ao Culturalismo Francês de nossa Academia. É preciso levar em conta o fato de que a produção acadêmica desse período se dava sob constante vigilância ideológica da parte do Estado.

O interesse tardio dos historiadores brasileiros pelos estudos relacionados com o operariado não pode evidentemente ser explicado sem levar em conta a situação vivida no Brasil sob o regime militar. A exigência de “atestados ideológicos” e de serviços internos de informação em várias universidades eram alguns dos entraves menos sutis à plena liberdade acadêmica. Tratar de temas considerados sensíveis pelas autoridades podia significar para muitos assumir riscos exagerados. A dimensão mais sutil da ação repressiva residia precisamente na sua capacidade de levar a que as pessoas se autopoliciassem, exercessem aquilo que no vocabulário do período era conhecido como “autocensura”. (BATALHA, 1998 p. 158).

Logo, estudos sobre a classe trabalhadora, suas lutas e histórias, em especial com análises marxistas, eram consideradas por demais “subversivas” para que fossem encorajadas dentro dos estudos históricos nacionais.

A mudança qualitativa no aumento da pesquisa histórica sobre a classe trabalhadora será motivada pela ação da própria classe. No final da década de 1970 e início da década 1980, o surgimento do chamado “Novo Sindicalismo” coloca em dúvida algumas teses consagradas a respeito da classe trabalhadora brasileira, como sendo desorganizada e ainda em formação, incapaz de ser sujeito da própria história. Mattos, ao fazer uma análise das obras da época, chega à seguinte conclusão:

O mesmo tipo de preocupação parecia estar embalando às revisões sobre os estudos a respeito das classes trabalhadoras produzidos sob a égide da sociologia industrial ou do trabalho, Diante do retomar das lutas operárias a partir de 1978. Indagavam-se às interpretações do passado operário brasileiro, revendo imagens de determinação estrutural de uma subordinação da classe, desprovida de iniciativa histórica. (MATTOS, 2006, p. 97).

De fato, a década de 1980 pode ser considerada o momento de “auge” da História Operária no Brasil. À época, diversos programas de pós-graduação passaram a adotar linhas de pesquisa nessa direção e obras de autores - tanto nacionais como clássicos estrangeiros - são publicados com muito interesse por editoras que perceberam o espaço e interesse que esse tipo de História despertava.

Em verdade, como quase sempre em História, a busca por uma História da Classe Trabalhadora tinha seu sentido, mas por uma busca pelos acontecimentos do presente do que do passado. As greves do ABC Paulista, que romperam 1979, colocaram em pauta a necessidade de novas explicações quanto ao ser e o fazer da classe trabalhadora brasileira, já que as descrições e exposições anteriores já não se mostravam adequadas. Os processos que correspondem ao fim da ditadura militar, surgimento de organizações como a Central Única dos Trabalhadores - CUT e, principalmente, a fundação do Partido dos Trabalhadores - PT como uma força política de peso no cenário nacional, decerto, mostravam que não era possível naquele período negar a classe trabalhadora como um sujeito relevante na História do Brasil. Esse movimento de interesse por História da Classe Trabalhadora gerou uma ideia de que na década de 1980 teria havido uma hegemonia marxista na historiografia brasileira. Virginia Fontes (2017) questiona essa hegemonia:

Nos últimos tempos se dissemina uma nova fábula histórica, segundo a qual durante um certo período o “marxismo” teria predominado na história mundial ou, em versão nacional, na história brasileira, e que teria sido destronado por novas teorias. (FONTES, 2017 p. 15).

Para a autora, tal hegemonia não faria sentido já que boa parte dos autores marxistas, em suas vidas acadêmicas, foram mais vítimas de perseguições e censuras do que propriamente capazes, objetivamente, de exercer qualquer forma de poder.

Porém um argumento dos que defendem essa tese é ressaltar o peso que obras da História Social Inglesa tiveram na historiografia da década 1980, notadamente o trabalho de E.P Thompson. Contudo, como já apresentamos, houve uma tentativa de domesticar ou docilizar esses autores tentando tirar deles a sua filiação marxista, não se furtando em misturá-los, em um estranho ecletismo, a autores como Foucault:

Portanto, as obras desses autores – Francisco Foot Hardman, Margareth Rago, Maria Auxiliadora Guzzo Decca e Sidney Chalhoub, exemplificam bem esse novo fazer da produção historiográfica que se desponta, nos anos 1980, com suas novas problemáticas, enfoques e fontes. São produções que dialogam com outras referências teóricas, distanciando-se da historiografia mais tradicional dos anos 1960 e 1970. Estão abertas, portanto, seja pela via thompsoniana, para os aspectos culturais, para a compreensão da experiência no fazer-se da classe, para a retomada dos sujeitos e suas ações, ou pela via foucaultiana, para o entendimento da sociedade nos espaços configurados pela microfísica do poder e nos seus espaços disciplinares. (FERRAZ, 2011 p. 54).

O que Ferraz aponta como um mérito dos autores do período, com efeito, a nós só serve, fundamentalmente, para demonstrar que não se sustenta a ideia de que a historiografia da década de 1980 teria sido dominada pelo marxismo, senão por uma tentativa de deslegitimá-lo, ao associar essa corrente de pensamento unicamente à produção militante das décadas anteriores e, por consequência, com uma produção, em geral, reputada como menor e ideológica.

De fato, a grande contribuição da década de 1980 para a Historiografia da Classe Trabalhadora está mais associada à diversificação seja dos temas ou da localização geográfica. Diminuem os estudos centrados em sindicatos, correntes políticas e partidos e crescem os estudos sobre cotidiano, cultura, mulheres e negros. Do ponto de vista geográfico, sai de cena os estudos que se pretendiam nacionais em seus títulos, mas tinham em suas práticas fontes do eixo Sul-Sudeste e ganha espaço pesquisas que de princípio já se propõem locais. Temas como uma cidade, região ou mesmo uma única fábrica passam a ser o centro das pesquisas desse período.

Se o ascenso operário no início da década de 1980 teve relação com crescimento do campo de estudo da História da Classe Trabalhadora, é de se inferir que as derrotas da década de 1990 têm relação com a crise desse campo da História no mesmo período. Contudo, tal crise não se explica somente pelos elementos conjunturais, mas em grande medida pelas próprias contradições já apontadas do período anterior. Sem a pressão da conjuntura, as influências culturalistas ganham peso, assim como a própria

fragmentação dos estudos, que na ausência de uma explicação que busque uma totalidade (e com uma certa crítica a essa totalidade). Batalha mais uma vez nos traz essa questão falando da excepcionalidade dos anos 1980:

Em parte, a mudança na conjuntura ocorrida em fins da década de 80, marcada pelo descenso do movimento operário sindical, teve um peso nesse processo. Mas talvez o raciocínio inverso seja mais apropriado, isto é, a conjuntura do início dos anos 80 e o interesse que o movimento operário despertou na sociedade e na academia foram excepcionais e dificilmente se repetirão nos mesmos moldes esse processo acaba resultando entre outras consequências. também em urna crescente perda de interesse editorial por textos que tratem do tema.” (BATALHA, 1998 p. 154).

A citação de Batalha nos ilumina em direção de que os estudos sobre a classe trabalhadora só alcançaram o status acadêmico não como um interesse da Academia na classe, mas um movimento contrário, onde a classe pressionou a Academia até que não fosse mais possível ignorá-la. Por isso, quando a própria organização da classe passa por transformações e derrotas em suas lutas, a pressão diminui e, no mesmo sentido, diminuem os estudos sobre a classe trabalhadora dos anos 1990.

Mas teria sido esse o fim, ou no mínimo uma decadência, da História da Classe Trabalhadora enquanto ramo de estudo? De modo algum! O Mesmo Batalha que no texto citado anteriormente, escrito em meados da década de 1990, trazia um ar de derrota em seu final, faz uma autocrítica em texto publicado no início dos anos 2000, onde reavalia as próprias projeções:

Começo esse balanço, portanto, enfatizando que considero que as conquistas da história do trabalho foram muitas e muito significativas desde fins dos anos 1990. Houve ganhos no volume e na qualidade da pesquisa produzida, com reflexos evidentes nas publicações, na variedade dos temas abordados, na construção de espaços institucionais e acadêmicos para a história do trabalho. Sem esta última, dificilmente esse campo de estudos teria o espaço que hoje tem nos periódicos especializados e nos encontros científicos da disciplina”. (BATALHA, 2006 p. 88).

Mas como se saiu de uma situação que apontava uma crise e ostracismos para um crescimento e “seu retorno ao primeiro plano da produção acadêmica” (BATALHA, 2006 p. 89) em menos de uma década? A explicação para isso tem relação com as mudanças que a década de 1980 trouxe para a Historiografia sobre a classe trabalhadora, as quais se aprofundaram na década seguinte. Será nesse momento que, por exemplo, se abandona a nomenclatura de História Operária e passa a se adotar História do Trabalho, ampliando a abrangência da pesquisa na área, indo além do operário fabril como objeto de estudo dessa vertente, passando a “incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais.” (BATALHA, 2006).

Já fizemos a crítica ao termo História do Trabalho no início deste capítulo, mas gostaríamos de retomar esse tema aqui pois nos parece pertinente. A ampliação dos estudos para além da categoria operário fabril sem dúvida foi um avanço para a Historiografia da Classe Trabalhadora brasileira, inclusive ao permitir se discutir o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, questionando a suposta origem estrangeira da classe trabalhadora (MATTOS, 2009). Contudo, ao se centralizar esse ramo na categoria Trabalho, retira a classe trabalhadora do centro do debate passando a atividade, ou seja, o objeto sobressaindo sobre o sujeito. Pode parecer um exagero tal perspectiva, mas vejamos o que o próprio Batalha, defensor da História do Trabalho afirma:

A própria noção de classe social, conceito central nesse campo de estudos, sem deixar de estar presente, não reina mais absoluta. Mostrando-se cada vez mais sensível a outros recortes além do de classe, tais como gênero, raça e etnia, a história do trabalho nos últimos anos ao invés de contrapor esses diversos recortes, tenta integrá-los. (BATALHA, 2006).

Podemos inferir, então, que a História da Classe Trabalhadora está inserida na História do Trabalho, mas esse ramo se mostra mais abrangente que nosso recorte de classe.

No que interessa a nossa pesquisa, nosso objeto de estudo é a Classe Trabalhadora Brasileira no ensino de História, para tanto, faremos um recorte temporal que vai do final do século XIX até o início da década de 2000 e, com base nessa historiografia, veremos nos capítulos seguintes como o livro didático de História lidou com a História dessa classe.

3. ENSINO DE HISTÓRIA, LIVRO DIDÁTICO E A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA

Quando nos aventuramos em nossa pesquisa, percebemos que as relações entre ensino e livro didático seguem sendo uma temática aberta e sujeita a intermináveis controvérsias, o que implica reconhecê-la como um terreno frutífero de possibilidades.

De amplitudes ainda mais complexas, são as relações que se estabelecem entre ensino de história, livro didático e História da Classe Trabalhadora Brasileira. No caso, é como se quanto mais descêssemos a um quadro de maior especificidade, neste plano, crescessem impasses e dissensões.

Dentro dos limites deste trabalho, procuraremos nos ater a alguns temas nesse emaranhado de possibilidades. Dentro do Ensino de História, nos interessa o livro didático como fonte primária. Não procuraremos alcançar a realidade da sala de aula de História, pois para isso não bastaria tomarmos o livro didático como fonte, que por mais importante que seja, ainda é um fragmento de uma realidade muito mais complexa, com diversos determinantes.

E, mesmo no Livro Didático, abdicaremos dos debates que tratam a respeito do seu uso e desuso, pois a nós interessa o conteúdo programático presente no mesmo, em especial no que se relaciona com a História da Classe Trabalhadora.

Neste capítulo, ao passo que trabalhamos as conexidades entre ensino de história, livro didático e História da Classe Trabalhadora, iremos aproximar nosso objeto (a História da Classe Trabalhadora) da nossa fonte (O Livro Didático) debatendo com o que já foi dito sobre esses temas e suas relações.

3.1 O Ensino de História e o Livro Didático

O Ensino de História pode ser datado no Brasil para as primeiras décadas do século XIX. No que pese a educação jesuíta ter, ainda no período da colonização, dedicado esforços para que se ensinasse uma versão de “História Geral”, somente com a fundação do Colégio Pedro II, destinado às elites Brasileiras, que a disciplina História será sistematizada no processo da educação. Chega a ser compreensível que essa fundação

tenha se dado por esse período, tão próximo ao processo de independência do Brasil de Portugal, uma vez que o nascimento de uma nação precisava de uma História a ser criada e ensinada (SILVA, 2012).

Desta forma, um ensino nacionalista, elitista e centralizado foi o fio de ligação entre os diferentes momentos do ensino de História no Brasil até fins da década de 1980. Passando por diversos momentos, incluindo a supressão da disciplina durante a ditadura militar sendo substituída por “Estudos Sociais”, com mudanças em concepções e metodologias. O que permanecia era uma História Oficial, com Heróis Nacionais onde os conflitos sociais fossem colocados de lado⁵. Evidente que em um ensino de História desse modelo, pouco espaço havia para a classe trabalhadora, e por consequência, poucos espaços teria no livro didático de História.

O livro didático é a principal referência bibliográfica presente em sala de aula, muitas vezes servindo como único instrumento de apoio pedagógico. Para além do papel como instrumento norteador de ensino e aprendizado, o livro também acaba cumprindo um papel de formador de currículo. A existência dos PCNs permitiu que fosse, em tese, dada maior autonomia aos professores na formulação dos seus currículos, porém:

Na prática cotidiana, os professores precisam, muitas vezes, de algo mais concreto, até porque nem todas as escolas podem proporcionar momentos de debate para que o corpo docente elabore um currículo próprio, que responda às necessidades da comunidade local em que a escola se insere e, ao mesmo tempo, esteja alinhado aos documentos oficiais. (HENTZ, 2015).

Desse modo, não é incomum encontrar relatos de professores que em sala de aula recorrem ao livro didático como formador do currículo, inclusive em detrimento dos PCNs. De fato, essa prática é tão abrangente que em pesquisa citada por Silva:

Franco (1982) constatou, num universo de 347 professores de História pesquisados, que aproximadamente 80% têm no livro didático o principal recurso utilizado não só como instrumento didático pedagógico, mas como fonte de consulta pessoal. Neste sentido, o livro acaba sendo também o grande responsável pela informação e formação dos professores. (SILVA, 2012 p. 806).

Sua origem, tal qual nós o concebemos hoje, está enraizada no processo de massificação da educação formal, com o advento do Iluminismo e das revoluções burguesas, o que nos permite pensar em seu caráter desde sua formação racionalista e científica. Ferraz explica isso:

Falamos que o livro didático busca transmitir um dado conhecimento, porém, não se trata de um conhecimento qualquer, trata-se do conhecimento da ciência. Em sua estruturação, o livro didático vai se configurando cada vez

⁵ Para mais sobre a História do Ensino de História no Brasil ver em FONSECA, Thais. **História e Ensino de História** Editora Autêntica, 2007 edição digital.

mais com o intuito de ser o portador de um saber científico e constituidor de verdades, assumindo, assim, um caráter iluminista no sentido de carregar consigo o saber da ciência. (FERRAZ, 2011 p. 63).

Esse caráter Iluminista do qual fala Ferraz pode ajudar a explicar um pouco o porquê do peso que ele exerce sobre os professores no Brasil. Em um país onde é reconhecido o peso do Positivismo Francês na Academia e, ao mesmo tempo, a profissão de Professor é tão precarizada, é perfeitamente compreensível que profissionais sem tempo e condições para ampliar sua formação se apeguem à segurança dos manuais didáticos e seu cientificismo.

No Brasil, o Livro Didático chegou como quase toda produção impressa, importado da Europa, em especial da França. Quando da fundação do Colégio Pedro II na década de 30 do século XIX, manuais didáticos franceses - muitos deles em língua natal - passaram a ser utilizados no processo de formação das elites que tinham o privilégio de ter acesso à educação no período.

O Modelo educacional francês copiado pela elite brasileira, trouxe-nos, em seus manuais didáticos de História, as ideias comuns da historiografia francesa do período, um sinal do que será em seguida a própria construção da ciência da História no Brasil.

Essa submissão eurocêntrica só será parcialmente rompida com a Era Vargas na década de 1930. O projeto nacionalista Varguista exigia uma reformulação do ensino no Brasil e a sua padronização. O Ministro da Educação e Saúde Pública do período, Francisco Campos, tinha como projeto a construção de um sistema nacional de educação, centralizado e nacionalista.

Submetida a este ideal, a Reforma de Campos propunha a “Centralização da Educação Nacional pela padronização de programas e metodologias”. A exigência política de uma proposta “pedagógica” nacionalista aliada à queda da Bolsa de Nova York, que gerou uma crise econômica sem precedentes na história do capitalismo e elevou os custos da importação de livros, fomentou o desenvolvimento da produção didática nacional. (SILVA 2012 p.808).

Essa iniciativa e, em seguida, a construção da Comissão Nacional do Livro Didático - CNLD, durante o Estado Novo, foram as primeiras políticas públicas para produção de livros didáticos no Brasil. Ainda que existissem livros anteriores, foi somente com o projeto nacionalista de Vargas que o Livro Didático virou política de Estado.

Além das características apontadas anteriormente, o livro didático daquele período tinha como aspecto importante o fato de não ser escrito necessariamente por pessoas formadas na disciplina apresentada. Intelectuais e figuras notáveis estavam entre os autores de livros que chegavam a ser adotados por décadas seguidas.

No campo do Ensino de História, o livro História do Brasil de Rocha Pombo, editado pela primeira vez em 1919, foi utilizado por várias gerações de alunos e professores até a sua última edição em 1960. Merece destaque também o escritor, jornalista e bacharel em Direito Viriato Correia, que foi autor de inúmeras obras voltadas para um público infanto-juvenil com crônicas históricas que passaram a ser adotadas em escolas. Seu livro de maior sucesso no meio escolar foi História do Brasil para Crianças, editado pela primeira vez em 1934 pela Companhia Editora Nacional e, devido à longevidade de sua adoção, foi reeditado 28 vezes. (SILVA, 2012 p. 809).

Com isso, podemos afirmar que não havia no período uma relação direta entre a produção acadêmica e o livro didático. Seja pela não inserção dos autores no universo acadêmico, seja por estes não privilegiarem às novas descobertas das áreas de estudo. Essa realidade só se altera nos anos de 1960, quando os livros passam a ser escritos por autores de formação em suas devidas áreas, reflexo do surgimento dos cursos de pós-graduação nas Universidades brasileiras.

Será também na década de 1960 que surgirão as políticas públicas de aquisição de livros didáticos por parte do Estado. Tais políticas foram resultado da expansão da educação básica iniciada no período e acabaram por chegar nos fins da década de 1980 no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, tornando o Brasil, nas décadas seguintes, o maior comprador de livro didático do mundo (SILVA, 2012).

Segundo Germinari e Moura, "na área de pesquisa em ensino de História o livro didático ocupa lugar privilegiado nos debates, encontros, seminários especializados e na produção nacional." (GERMINARI; MOURA, 2017 p. 103) e apontam qual seria o caminho metodológico do uso do livro didático como fonte de pesquisa.

A análise dos livros didáticos requer um estudo em dois níveis: um teórico, levando em consideração as especificidades do livro de história, e outro empírico, o qual se preocupará com os conhecimentos a serem trabalhados e a configuração que lhes será dada. (GERMINARI; MOURA, 2017, p. 104).

No capítulo anterior tratamos dos aspectos teóricos e Historiográficos sobre a classe trabalhadora e nos próximos, daremos conta da dimensão empírica da pesquisa fazendo deste capítulo um objeto de ligação que busca aproximar a teoria aos dados empíricos. Se faz necessário esse movimento pelas características da relação entre nossa fonte e nosso objeto. Toda essa discussão se torna ainda mais intrincada quando se sabe que o alargamento experimentado pelas pesquisas históricas e os novos resultados daí decorrentes, em grande medida, levam anos antes de se insinuarem nos livros didáticos. Por isso, uma pesquisa que articule ensino de história, livro didático e história da classe trabalhadora deve levar em consideração essa desconexão, isto é, a ausência de entrelaçamento rigoroso entre o mundo das pesquisas acadêmicas e o que se encontra

registrado nas obras que se objetivam ao trabalho cotidiano nas escolas. Nessa seara, visivelmente, as desigualdades no tempo e as antinomias históricas se cruzam de forma quase devastadora.

Aqui cabe abrir um parêntese. Darnton enfatizou que “a história do livro é um dos campos mais vitais das ciências humanas” (Darnton, 2010, p.13). Por esse ângulo, esse tipo de estudo é manejado juntamente com a admissão de seu vigor e atualidade. Isso expresso, a investigação em torno do livro didático é apenas uma variante do imenso corpo de possibilidades que aí se inscreve. Logo, ao se cruzarem livro didático, ensino de história e um campo de estudo delimitado, no caso, a história da classe trabalhadora, estamos não só dando razão ao historiador novo iorquino, mas trazendo à lume, de modo bastante concreto, uma das tantas vias pelas quais a história do livro pode ser recuperada.

Fechado o parêntese, diríamos que, no caso deste trabalho, o livro aparece completamente associado às práticas e aos mecanismos próprios ao ensino de História, da mesma maneira em que se encontra recortado por uma temática específica, e que, na sua origem, esteve identificada com a história da classe operária.

Embora esteja longe de ser objeto deste trabalho, o mercado editorial do livro didático, se considerarmos os últimos 30 anos do século passado e os primeiros 20 anos do século XXI, com efeito, passou por uma transformação gigantesca, aumentando, de modo significativo, a oferta de livros didáticos, em particular, no domínio da História. No que diz respeito a esse crescimento, naturalmente, a crise do mercado editorial⁶ no último período pode ter aí se refletido e mediado a sua dinâmica, mas, ao se comparar a oferta de livros didáticos nos anos 1970 e nos primeiros decênios do século XXI, vamos conseguir aquilatar esse alargamento e amplificação há pouco indicados. Assim, estamos diante de uma mercadoria – que é o livro didático – que se expandiu e tem enorme incidência cultural na esfera escolar, e, dentro dela, nas práticas de ensino.

Deste modo cabe agora perguntar: como a História da Classe Trabalhadora está presente (ou não) no livro didático?

3.2 A História da Classe Trabalhadora no Livro didático de História

Nesse mesmo período em que o mercado do livro didático se dilatou, as pesquisas sobre História da Classe Trabalhadora e a profissionalização do historiador experimentaram transformações ainda mais profundas, como citado no capítulo anterior. Nesse ínterim, o ensino de História buscou acompanhar as mudanças que se processavam com inegável grau de aceleração. Assim, em se tratando de Brasil, provavelmente,

⁶ A esse respeito, conferir Earp e Kornis (2010).

historiadores, pesquisas e ensino de História viveram os 40 ou 50 anos mais intensos de suas existências.

A História da classe trabalhadora deixou de ser um patrimônio quase exclusivo do próprio movimento e veio a se constituir em um dos meios de pesquisa e escrutínio crítico no mundo acadêmico; mundo esse que viveu o auge, a crise, o declínio e, mais recentemente, uma retomada e reapropriação do temário, mobilizando especialistas que se dedicam à História e ao sentido do trabalho.

Nos últimos tempos, em lugar das lideranças, de suas organizações, como no primeiro momento, ou da classe ou da ação coletiva, em um sentido mais amplo e espalhado, como em uma fase posterior, a atenção tem se voltado para o estudo do que há de instável, de precário ou de identitário em uma classe que vive não só do trabalho, mas de práticas, gêneros, territórios e valores que, ante o olhar aligeirado, parece se desmanchar. O alargamento dos conceitos de política e história, provavelmente, desempenhou papel não desdenhável nessa trajetória que, no último quarto de século, redesenhou os domínios da historiografia no Brasil, que não apaga o fato de que parece estar havendo uma disputa de visões na qual cada vertente busca se apoiar em um mirante determinado para a obtenção de um ponto mais favorável de visibilidade, no espírito da metáfora topológica de Löwy (2000).⁷

Dentro desse debate, o Livro Didático é mais um espaço de disputa, não só teórica, mas também política. São inúmeros os casos em que o conteúdo dos livros didáticos deixa de ser discutido nos espaços acadêmicos e editoras e passam para os espaços de poder e na imprensa, de uma maneira onde a ciência histórica muito pouco tem ligação com os argumentos debatidos, mas sim a disputa política da sociedade. Como coloca Marco Antônio Silva.

Enfim, os mais diversos sujeitos envolvidos diretamente ou não com o livro didático como gestores do ensino, autoridades políticas, autores, editores, pais de filhos em idade escolar, jornalistas atribuem status bastante significativo que justifica a vigilância e questionamentos ao conteúdo deste instrumento didático/pedagógico. (SILVA, 2012 p. 805).

Essa disputa se escancara quando movimentos aos moldes do “Escola Sem Partido” combatem, tanto no plano teórico quanto no institucional, o ensino de visões históricas ligadas aos movimentos dos trabalhadores. Tal fato nos mostra que esse

⁷ Em sua célebre alegoria, Michael Löwy aponta que cada cientista social busca um “mirante” ou “observatório”, a partir do qual tenta “ampliar o seu horizonte e perceber a paisagem em toda a sua extensão” (LÖWY, 2000, p. 212). O autor designa esse observatório de “horizonte de visibilidade”. O ponto de observação (ou “ponto de referência inicial”) não resolve todos os problemas do estudioso, mas lhe oferece uma excelente posição de largada. O importante é entender que não basta ter um bom mirante. Outros fatores, dentre os quais, as qualidades individuais do pesquisador, sem dúvida, também contam.

conflito pelo passado acompanha as disputas pela hegemonia da sociedade no presente. Uma das maneiras de compreender essa disputa é através das ausências e presenças e das seleções feitas ao se estudar História. Fonseca (2010) nos traz esse tema:

Um currículo de História é, sempre, produto de escolhas, visões, interpretações, concepções de alguém ou de algum grupo que, em determinados espaços e tempos, detém o poder de dizer e fazer. Os currículos de História – sejam aqueles produtos das políticas públicas ou da indústria editorial, sejam os currículos construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula – expressam visões e escolhas, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos. (FONSECA, 2010, p. 16).

Por tanto, não é de se estranhar que ao vivermos um momento de ascensão da organização da classe trabalhadora com o fim da Ditadura Empresarial-Militar se passe a discutir o Ensino de História presente na educação brasileira. Até então a História se encontrava espremida no interior da disciplina de Estudos Sociais, que se pretendia uma fusão entre História e Geografia, despida de qualquer criticidade (FONSECA, 2003). Dentro do Ensino de História que era realizado, o conteúdo dava privilégio a uma visão progressiva e eurocêntrica da História, calcada em uma História política centrada em grandes nomes e feitos. O Ensino de História que ocorria na educação básica até o princípio da década 1980 se mantinha distante da própria Academia Brasileira, que desde sua fundação carregava influência do pensamento da Escola dos Annales e do pensamento Histórico Francês.

A Mudança de paradigma como mencionado ocorreu aos fins da Ditadura, em um processo que começa com algumas mudanças nos currículos de alguns estados ainda na década de 1980 e segue durante a década de 1990 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. A relação entre ascenso do movimento social e mudanças do Ensino de História pode ser comprovada não só pela aproximação da Academia com a produção de material de ensino e suas práticas, mas com a escolha dos novos temas e abordagens nos conteúdos que nos esclarece que, naquele momento histórico, estaria na ofensiva dentro da disputa a hegemonia social:

O documento curricular estabeleceu os temas transversais (para todas as disciplinas): Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. Muitos desses tópicos fazem parte de pautas debatidas por movimentos sociais. (FONSECA 2003, p. 18).

Nesse contexto, o conceito de Trabalho passa a ser conteúdo na educação básica e junto com ele se incorpora a Classe Trabalhadora e seus instrumentos de organização. Partindo de uma crítica à abordagem anterior de uma História construída por grandes nomes, sem participação popular ou contradições, as novas abordagens irão

ênfatisar os interesses da classe presentes no curso da História, bem como os conflitos, dando visibilidade às classes populares que até então não apareciam nos livros didáticos. Dentre esses agrupamentos, o operariado industrial ganhou importância, sendo estudado como parte fundamental da formação nacional a partir do fim do Império e do início da República. Boa parte dessa leitura da classe operária tinha origem, por um lado, no processo de abertura política, que permitiu o retorno de antigos militantes marxistas, os quais passaram a produzir e atuar no ensino, como também as próprias discussões na Academia onde, nesse momento, ganhava espaço os trabalhos de Thompson e o que se convencionou chamar de História Social com inspiração marxista (BATALHA, 1998).

Um aspecto importante a se ter em mente é que o livro didático é, como não poderia deixar de ser no Capitalismo, uma mercadoria e, como tal, seu conteúdo além de envolver disputas políticas também envolve disputas de mercado. “O livro didático é mercadoria, portanto, segue uma lógica de mercado cuja venda irá direcionar seu sucesso, seu fracasso e, inclusive, seu conteúdo” (FERRAZ, 2011, p. 77), para tanto, como o maior cliente do livro é o Estado e, ao mesmo tempo, por ter o Professor como sujeito responsável por sua seleção, agradar esses dois clientes passa por um saber dimensionar os interesses estatais e da categoria dentro das editoras ao construir a mercadoria Livro Didático.

No nosso caso, partimos do pressuposto que o esforço investigativo que envidamos não pode ter outro eixo em torno do qual ele se mova, a não ser o da história da classe trabalhadora, das pesquisas que lhe digam respeito, do lastro que esse trabalho oferece ao ensino de história e, no limite, o lugar do livro didático como tecnologia e veículo entre as práticas e vivências da classe trabalhadora, o saber histórico e as atividades de apreensão e reflexão do aluno.

Pretendemos expor, de forma concreta, esses entrelaçamentos, e a sua antítese, no capítulo seguinte, no qual devemos tomar como objeto o livro didático de História em sua manifestação particular, o que implica examinar, nos detalhes, nessa ferramenta que, sem dúvida, tem neste texto dissertativo uma inegável distinção.

A história do livro didático tem sido motivo de inúmeras pesquisas na amplidão das ciências humanas, o que demonstra que ao nos projetar sobre ela não o fazemos como um alienígena, mas em um exercício de compatibilidade com as práticas de inspeção e pesquisas contemporâneas. Além disso, ao articular esse objeto com o ensino de História e a História da classe trabalhadora, indubitavelmente, oferecemos uma delimitação que retira a temática de uma zona de congestionamento.

4. A HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

4.1 A seleção dos livros

Após os expostos teóricos e historiográficos dos capítulos anteriores, partimos aqui para análise de nossas fontes. A nossa escolha dos livros didáticos obedece a critérios estabelecidos no decorrer da pesquisa, conforme se observou o papel e significado de algumas obras dentro da produção nacional e em especial nas opções apresentadas no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Como afirmado anteriormente, o PNLD é o maior programa de compra e distribuição de livros didáticos do mundo, cobrindo a maioria dos estudantes da educação básica de nosso país. O Processo de escolha dos livros se dá por lançamento de edital público via Ministério da Educação – MEC, e direcionado às editoras, que, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo edital, produzem e submetem à avaliação do MEC – a última edição contou com a novidade da avaliação não ser mais feita pelo MEC e sim por universidades selecionadas. Desta forma, temos a formação do guia do PNLD, contendo uma breve resenha das obras avaliadas e que serve para que os professores das escolas públicas escolham quais serão usadas em suas escolas (MEC, 2017).

A explicação acima se faz necessária pois, em tese, a abrangência de obras presentes no PNLD, junto a possibilidade de cada professor adotar uma obra diferente em sua escola, poderia levar a uma ideia de que nossa pesquisa, para ser representativa, deveria se a ter a um conjunto de muitas obras. Porém, quando olhamos a realidade da distribuição dos livros após a seleção feita pelos professores, observamos que, dos quase 8 milhões de livros didáticos de História distribuídos pelo PNLD 2018, pouco mais de 4 milhões – aproximadamente 50% - pertencem apenas a três coleções entre dezenove disponíveis, conforme pode se observar na planilha no Anexo A. Disso advém nosso interesse em trabalhar com o PNLD 2018.

O motivo pela preferência por estes livros diante de tantos possíveis só podemos supor e caberia uma pesquisa à parte para analisá-lo. Como hipóteses, podemos levantar as possibilidades: a precariedade das condições de trabalho do professor, que na falta de tempo para uma melhor análise das obras, prefere manter os livros mais tradicionais evitando arriscar em obras desconhecidas; a intensa propaganda das grandes editoras sobre professores e secretárias de educação, que acabam exercendo força política na hora da escolha dos livros e, por fim, o interesse das próprias secretarias de educação

em evitar maiores gastos, pressionando que professores de escolas diferentes escolham o mesmo livro didático.

Como dito, essas possibilidades estão no campo da especulação, podendo ou não servirem para explicar o fenômeno, algo que só poderia ser verificado após um trabalho de pesquisa com esse direcionamento. No que interessa à nossa produção, o fato de termos poucos autores em uso pelos professores em nível nacional nos permite trabalhar com uma escolha menor de livros e ainda assim sermos representativos.

Optamos por utilizar, por tanto, duas coleções em nossa pesquisa. A primeira foi a coleção “História, Sociedade e Cidadania”, de autoria de Alfredo Boulos Júnior, produzida pela editora FTD. Essa coleção responde por quase um quarto dos livros distribuídos pelo PNLD 2018. Uma obra tradicional de um autor consagrado no meio do livro didático de História, o que pode ajudar a explicar sua popularidade. Na resenha sobre a obra presente no Guia do PNLD 2018, ela é apresentada por privilegiar uma abordagem política e econômica, o que poderia ser um indicativo de que a classe trabalhadora teria mais espaço, porém como veremos a frente, não é assim que as coisas se dão.

A segunda coleção escolhida para nossa pesquisa obedece a um critério diferente da anterior, justamente por tratar de uma singularidade dentro das opções disponíveis no PNLD 2018. Trata-se da coleção “História em Debate” da Editora do Brasil, cujos autores são Renato Mocellin e Rosiane de Camargo. Essa coleção contou com pouco mais de 160 mil volumes distribuídos, representando cerca de 2% dos livros distribuídos pelo PNLD 2018, não estando nem entre as dez mais escolhidas, o que poderia ser um forte impeditivo para constar em nossa pesquisa, pois não seria representativa do que seria o usado entre os professores do país, porém, acreditamos que esse critério já estaria contemplado pela obra História, Debate e Cidadania, dado o peso que ela possui na seleção dos professores.

Resolvemos escolher a coleção “História em Debate” como fonte por conter uma proposta diferenciada da maioria das coleções disponibilizadas pelo PNLD 2018 ao abdicar da divisão cronológica dos capítulos, na qual observamos a partição clássica europeia (Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea), e propor uma divisão baseada em temas de estudo, em que cada capítulo trata de um tema central indo e vindo na linha do tempo⁸. Segundo os autores, a proposta partiria de uma compreensão de que

⁸ Interessante pensar que essa abordagem temática dos conteúdos estaria mais de acordo com a proposta contida nos documentos norteadores do conteúdo de História como os PCN e PCN+, questão apontada por Hentz (HENTZ, Isabel. “História Temática como proposta curricular: dificuldades e possibilidades ISABEL” in. **XXVIII Simpósio Nacional de História** disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945023_9c5d7eecd05f9b706ad405aa7be35121.pdf)

a “disciplina História é repleta de informações, elas não são dadas somente para memorizá-las, mas também para refletir sobre elas, mudar sua vida e, conseqüentemente, a sociedade que vive” (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 1), em uma crítica a outras abordagens mais tradicionais sobre o ensino de História que se baseiam em dados e conhecimentos quantitativos. Ao defender a abordagem temática os autores afirmam na apresentação:

Este livro, por meio da abordagem temática, suscita diversas reflexões, não priorizando dados como nomes, datas e fatos, que podem ser descartados pelo cérebro por não serem significativos ou até mesmo podem ser acessados na internet e armazenados no computador. (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 1).

Essa crítica a abordagem cronológica costuma aparecer entre os que defendem o ensino temático de História como no trabalho de Hentz (2015) que aponta que, apesar de nas graduações em História se defender uma abordagem temática, em seus currículos mantêm uma lógica linear.

Essa problemática levantada pelos professores da graduação me intrigava muito. Me intrigava mais ainda o fato de o currículo do curso de História em que me formei, a despeito do que problematizavam meus professores, fosse dividido de forma cronológica tradicional, em uma perspectiva bastante eurocêntrica. (HENTZ, 2015 p. 2).

O próprio Guia do PNL D 2018 critica o eurocentrismo e a abordagem linear defendendo uma abordagem mais integrada, contrariando qualquer pretensão de se ensinar toda a História:

O “todo” é anunciado com duas ponderações, predominantemente, requeridas pela pesquisa na área: o combate ao eurocentrismo e à disposição linear de um suposto processo histórico da humanidade. Nesse combate, os autores instituem articulando Histórias do Brasil, América e Global. É o que se costuma chamar de organização do conteúdo de forma integrada. (MEC, 2017).

A abordagem temática além dos indicativos e singularidades apontados, permite que possamos observar melhor nosso objeto de estudo, que seja a História da Classe Trabalhadora Brasileira, pois como diz o início da resenha da coleção no Guia:

A coleção organiza-se em torno de temas e privilegia abordagens pautadas na História Social, com ênfase em questões contemporâneas. Esses princípios orientadores explicitam-se na escolha das problemáticas e na abordagem dos assuntos, nos títulos dos capítulos e tópicos, na seleção das fontes e imagens. No volume 1, os conteúdos articulam-se em função da temática Terra e Trabalho, no volume 2, a proposta refere-se aos Direitos Humanos e, no volume 3, a discussão centra-se na Igualdade e Liberdade. (MEC, 2017).

Na citação em destaque, percebe-se que a coleção é classificada como uma obra influenciada pela História Social campo que concentra grande parte dos estudos sobre a Classe Trabalhadora Brasileira, além de citar que um dos assuntos centrais do primeiro volume seria o Trabalho, o que pode indicar um espaço maior que em outras coleções para a História da Classe Trabalhadora.

Um último argumento para a inclusão da coleção História em Debate, tem um caráter pessoal, porém não desprezável. Na escola onde trabalhamos, pertencente à Rede Estadual de Educação Básica do Ceará, foi essa coleção a escolhida pelo conjunto dos professores de História durante a seleção do PNLD 2018. Tivemos a oportunidade de trabalhar esse livro durante um ciclo completo – 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio – e observar como essa abordagem temática interage com os estudantes.

4.2 Sobre a seleção dos conteúdos

Antes de partirmos para a análise dos livros, é preciso delimitar a metodologia e os conteúdos que serão estudados. Nosso recorte temporal é do final do século XIX até fim do século XX, mais precisamente dos fins do trabalho escravo na década de 1880 até o processo de reestruturação produtiva na década de 1990. Esse recorte longe de ser aleatório, tem a função de pensar o período histórico em que se forma a Classe Trabalhadora Brasileira⁹ até uma de suas mais recentes crises e transformações. Um período de aproximadamente 100 anos, coberto de acontecimentos, transformações e permanências sobre uma classe ativa com os trabalhadores brasileiros, era de se pensar que sua História estivesse presente em diversos capítulos das coleções analisadas. Contudo, desde a primeira olhada, já podemos nos frustrar por termos poucas citações, por exceção de alguns momentos emblemáticos, sobre a ação da classe enquanto sujeito histórico. Sabemos que um livro didático é uma seleção, e uma seleção que não se propõe a aprofundar algum tema específico, mas permitir uma visão global dos principais eventos históricos, por tanto, não estamos aqui exigindo dos livros mais do que eles se propõem a ser. No entanto, as ausências também falam muito sobre como é visto a classe trabalhadora. Adiantando um pouco análise, como exemplo podemos notar no capítulo dedicado a Era Vargas, do 3º volume da coleção História Sociedade e Cidadania, a ausência de menção a resistência dos trabalhadores ao processo de cooptação e repressão promovido por Vargas após o golpe do Estado Novo, um fato histórico já demonstrado

⁹ O trabalho assalariado no Brasil, inclusive industrial, data a anterior a 1880, contudo, será após o fim da escravidão que a classe trabalhadora urbana assalariada ganhará força social e intensificará sua organização enquanto classe. para mais ver MATTOS, 2009.

nos estudos sobre a classe trabalhadora nas últimas décadas (MATTOS, 2009). Esse exemplo serve para ilustrar que as ausências não são só uma questão de espaço, como poderia se argumentar.

Partiremos então para uma análise de cada um dos livros, em capítulos específicos por tratarem de temas que a ação da classe trabalhadora ficou consagrada como parte do conteúdo. Falamos dos capítulos que tratam da Primeira República, Era Vargas, Ditadura Militar, Redemocratização e Ascensão do Neoliberalismo. Como a coleção História Sociedade e Cidadania se utiliza de uma análise cronológica na sua apresentação de capítulos, nossa pesquisa se restringe ao seu volume 3, dedicado aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Já na coleção História em Debate, por sua proposta de tratar História Temática, a análise irá perpassar os três volumes, tentando acompanhar quando no livro didático a classe trabalhadora se faz presente ou não.

4.3 Analisando os livros didáticos

4.3.1. Coleção História, Sociedade e Cidadania

A coleção História Sociedade e Cidadania tem autoria creditada a Alfredo Boulos Júnior. Boulos é um tradicional autor de livros didáticos e paradidáticos com títulos publicados desde o final da década de 1990. Com formação na área de História Social e da Educação, não possui uma carreira acadêmica notável, porém, suas diversas publicações em livros didáticos e paradidáticos fizeram seu prestígio no ambiente escolar. Aqui podemos já pinçar uma característica comum aos livros didáticos da atualidade, onde sua autoria não seria obra de autores com prestígio acadêmico, mas por profissionais dedicados exclusivamente a essas obras, de modo que pode denotar um distanciamento entre a Academia e a produção do livro didático.

Como mencionado anteriormente, iremos utilizar o volume 3 da coleção e deste iremos nos deter aos capítulos: 3 – Primeira República; 6 – A Era Vargas; 11 – O Regime Militar e 13 – O Brasil e a nova ordem mundial.

Iniciando pelo capítulo sobre a Primeira República, podemos, de princípio, confirmar o já apresentado viés político e econômico da obra. Das 24 páginas dedicadas ao capítulo, as sete primeiras são destinadas à explicação dos aspectos da política institucional e das atividades econômicas existentes no período apresentado. A imagem que abre o capítulo, conforme observamos abaixo, representa uma charge sobre a política das oligarquias. Nela, a partir dos elementos imagéticos, podemos observar a mudança de

postura de um representante oligárquico e o povo, representado na charge por um indivíduo que é abraçado. Tal mudança não se é percebida apenas pelos movimentos corporais, como o movimento do chapéu, sua progressiva retirada, e a curvatura do corpo, mas também pela própria mudança do chapéu que se transforma em uma cartola, símbolo de distanciamento social entre a oligarquia e a classe trabalhadora.

Movimentação do chapéu de um candidato a deputado para as eleições



Fonte: BOULOS JÚNIOR, 2016

A respeito da classe trabalhadora, existe uma passagem neste capítulo sobre a qual vamos tratar adiante a respeito do movimento operário urbano, porém é de se notar que a primeira citação a trabalhadores do capítulo seja sobre os seringueiros da Região Amazônica.

O trabalho da extração da borracha motivou a migração para a Amazônia de grande número de nordestinos que iam trabalhar nos seringais localizados no meio da selva. Muitos deles eram cearenses e fugiam da seca que castigava o estado periodicamente. Esses trabalhadores - os seringueiros - moravam em cabanas rústicas à beira dos rios e andavam muitos quilômetros todos os dias para extrair látex com qual faziam às bolas de borracha que eram embarcadas para uso industrial. Eles recebiam muito pouco por seu trabalho, enquanto os seringalistas enriquecem a olhos vistos” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 55).

Essa citação da obra nos permite algumas observações. Como mérito do livro, trazer a História da classe fora do eixo Sudeste-Sul é uma escolha bastante salutar para uma obra de distribuição nacional. Também ao mostrar o processo de migração interno como fator decisivo na formação dessa categoria específica da classe trabalhadora, ajudando a demolir o mito da classe trabalhadora estrangeira, tão comum nos primeiros estudos sobre essa classe, ainda na década de 1960.

Contudo, mais uma vez o detalhe se encontra nas ausências. Apesar de citar as condições de pobreza e insalubridade do trabalho, não é feita a referência ao processo de escravização por endividamento, fato comum naquela região e período (ALMEIDA, 2004), o que torna o processo de precarização qualitativamente superior, em especial quando se deu tão pouco tempo após o fim do sistema escravista. Outro aspecto criticável na obra é a ausência de referências a processos de lutas dessas populações. Isso fica mais evidente quando, no mesmo capítulo, é citado o processo de disputa pelo Acre sem fazer menção ao papel dos trabalhadores seringueiros nesse processo, apenas colocando como resultado uma vitória diplomática do Estado Brasileiro. Tal ausência, pode levar ao leitor uma percepção naturalista desses trabalhadores, como sofridos e submissos, algo que já vem sendo questionado pela historiografia tem algumas décadas

Na segunda metade do século XX, vários estudos buscam destacar outros aspectos da vida social e das relações de trabalho nos seringais de várias regiões da Amazônia e contribuem para uma revisão desse sujeito histórico ao apontar a existência de formas de resistência dos seringueiros a esse sistema, como os realizados por Mauro Almeida (1990) e Mariana P. Franco (2008) que elaboram críticas às descrições superficiais que foram realizadas sobre a sociedade seringalista. (ALENCAR, 2018, p. 135).

Logo, não tem sentido argumentar que esses questionamentos são recentes, já que trabalhos de pelo menos 30 anos já dão conta deles e, mais uma vez, os argumento de falta de espaço não se justifica, pois se havia espaço para citar no mesmo capítulo as condições de vida dos seringueiros e até mesmo o processo diplomático de anexação do Acre, por que não haveria espaços para algumas linhas sobre a resistência destes trabalhadores?

Seguindo pelo capítulo, temos uma passagem que é citada a relação entre industrialização e urbanização. Mais uma vez o dado é apresentado apenas com um viés econômico, sem nenhuma citação a respeito das condições de vida dos operários que são mencionados na passagem. Adiante, é verdade, que se falará das revoltas urbanas do período Pereira Passos no Rio de Janeiro, contudo, não é feita uma ligação entre industrialização, urbanização e condições de vida da classe trabalhadora no período.

O capítulo dedica quase três páginas para falar sobre o processo de imigração como um papel importante na formação da classe trabalhadora brasileira, o autor reconhece que esse processo de imigração era resultado de uma política de embranquecimento: “Para eles, branqueamento era a chave para o ingresso do país no conjunto das nações ‘civilizadas’” (BOULOS, 2016), entretanto, a população negra, que algumas décadas antes havia conquistado o fim da escravidão quase desaparece no

capítulo, tendo sua única menção quando da passagem que trata acerca da revolta da chibata.

O apagamento da população negra da classe trabalhadora brasileira também se manifesta na passagem sobre a formação do movimento operário no Brasil, onde cita a importante participação de imigrantes na sua formação, mas ignora o papel dos trabalhadores recém libertos com suas experiências que contribuíram para o processo de organização com suas experiências de lutas anteriores. (MATTOS, 2009).

O capítulo dedica pouco mais de duas páginas para falar sobre o movimento operário, denotando que, para o autor, o tema seria importante para o período. A obra faz a narrativa dos principais acontecimentos do período, começando por explicar as condições precárias dos trabalhadores no começo do século XX, fazendo questão de destacar o trabalho das mulheres e crianças, tendo uma caixa de texto destacada dedicada ao trabalho das mulheres. O operário, para Boulos, é um sujeito estrangeiro e concentrado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro: “a porcentagem de imigrantes entre o operariado era grande: 50% em São Paulo e 35% no Rio de Janeiro” (BOULOS, 2016, p. 69). No decorrer do texto, a obra descreve as formas de organização, como sindicatos, greves, congressos e partidos mostrando a dimensão da classe enquanto sujeito histórico coletivo e que existe em movimento, mas que esse coletivo não seria um bloco homogêneo “as diferenças de origem, língua e cultura geraram rivalidades entre os imigrantes e entre esses e os brasileiros. Mas isso não impediu a formação de um movimento operário no Brasil da Primeira República”. (BOULOS JÚNIOR, 2016)

Essas escolhas de exposição tornam perceptíveis a influência da História Social no autor ao citar a classe como resultado de seu próprio movimento, suas características econômicas, mas também culturais e sociais.

A Greve de 1917 ganha destaque neste capítulo, onde se debate suas causas, movimentos e expansões, porém, ao findar do tema, Boulos afirma que

Diante a força do movimento grevista, o patronato e governo do estado concordaram em aumentar salários, libertar os manifestantes presos, respeitar os direitos de reunião e melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Com isso, os operários votaram pelo fim da greve em 16 de julho de 1917. Terminada a greve, porém, os patrões passaram a perseguir e dispensar os grevistas e vários dirigentes operários estrangeiros foram expulsos do Brasil (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 70).

Ou seja, a greve é apresentada como um acontecimento que se encerra em si mesmo, um evento que termina em uma traição por parte dos proprietários. Mais uma vez, a obra contradiz a historiografia recente sobre o tema. Em primeiro lugar, a Greve

de 1917 não encerra um ciclo de lutas do movimento operário, mas sim o abre, conforme vemos em Mattos.

Após um certo refluxo de mobilizações na virada para os anos de 1910, a partir de meados da década, há uma retomada das lutas e, entre 1917 e 1920, o movimento operário viveu sua fase mais intensa de mobilizações até então (MATTOS, 2009 p. 55)

Então, a narrativa de um acordo traído e que restando aos trabalhadores a repressão não caberia nesse evento, pois mesmo havendo o contra-ataque dos empresários e do Estado posterior a 1917, o ciclo de lutas estava apenas em seu começo. Em segundo lugar, a forma como a greve de 1917 é retratada perde a dimensão de longa duração. Se podemos dizer que não houve uma vitória completa e imediata das pautas reivindicadas, não é possível ignorar os ganhos organizacionais que a greve de 1917 e posteriores trouxeram à Classe Trabalhadora Brasileira e que no futuro resultaram em vitórias mais tangíveis em sua qualidade de vida. Toledo diz sobre os resultados da Greve:

As experiências dos trabalhadores na Primeira República e em especial as do ano de 1917 foram capítulos importantes do processo de construção dos trabalhadores como sujeitos políticos (Gomes, 2002), da elaboração de uma cultura dos direitos, como os direitos civis de se organizar e se associar, e do esforço de criação de condições de democracia em que as organizações dos trabalhadores fossem reconhecidas como um elemento legítimo na sociedade. Ao mesmo tempo, muitos dos trabalhadores do período associaram um cotidiano reformista a uma perspectiva futura de transformação revolucionária no país. (TOLEDO, 2017, p. 515).

Então, ao optar por uma narrativa de um processo que se encerra em si mesmo, Boulos abdica da noção de historicidade e da dimensão de longa duração para um acontecimento histórico.

Do ponto de vista iconográfico, o capítulo possui muitas imagens, característica inclusive da coleção. São, ao todo, 20 imagens entre fotos, charges e desenhos. Dessas, 10 são imagens relacionadas à classe trabalhadora, desde imagens de profissionais exercendo sua profissão, passando por uma charge sobre a revolta da vacina. Somente duas imagens retratam membros da elite, uma delas é uma charge satirizando um político tradicional. As imagens ajudam a construir no leitor do livro didático uma visão sobre o período histórico retratado, e no caso estudado, essa visão que um leitor pode ter é de um período onde a classe trabalhadora esteve presente como sujeito construtor da história do período. O que, de fato, ocorreu.

Finalizando o capítulo sobre a Primeira República, temos a explicação sobre a fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB. A data de 1922, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, foi tratado pela historiografia militante como o início da História Operária. Na obra com a qual trabalhamos como fonte, a fundação do PCB não

chega a ser tratada como Marco Fundacional, mas como uma ruptura do sindicalismo anarquista, que até então era a corrente majoritária no movimento operário. A obra também coloca que o PCB seria uma corrente que defenderia uma participação maior institucional da classe trabalhadora através das eleições. No quadro onde apresentam sinteticamente as diferenças entre comunistas e anarquistas, podemos ler sobre que os Comunistas "Participavam das disputas eleitorais pois, para eles, a eleição era um meio de conseguir a transformação da sociedade". (BOULOS JÚNIOR, 2016). Essas descrições sobre a forma de ação do PCB parecem entrar em contradição com o que dizia resoluções da III internacional¹⁰ sobre a atividade parlamentar, para a qual "O Parlamento não pode ser para os comunistas, atualmente, e em caso algum, o teatro de uma luta por reformas e pela melhoria das condições de vida da classe operária, como outrora." (BUENO, 2016). O que podemos perceber é que, a partir desse momento, o autor tenta separar as ações políticas do PCB da organização do movimento operário, como se essa organização não fosse se tornar nas décadas seguintes uma das principais direções da Classe Trabalhadora Brasileira (SENA JÚNIOR, 2009).

Partindo para o capítulo 6, que trata sobre a Era Vargas, há uma diferença gritante sobre a presença da História da Classe Trabalhadora em comparação com o capítulo estudado anteriormente. Apesar de algumas citações a trabalhadores e operários, incluindo o texto de abertura do capítulo, pouco, ou nada, se fala sobre a ação da classe trabalhadora como sujeito histórico nesse período. Senão, vejamos, o primeiro momento onde a classe trabalhadora é citada é na passagem

Operários, industriais e camadas médias urbanas também se encontravam insatisfeitos com a política excludente da Primeira República. O operariado havia lutado incansavelmente por melhores condições de trabalho, mas não obteve ganhos significativos. (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 111).

Essa citação faz parte de uma explicação sobre os antecedentes do movimento de 1930, explicando a crise das oligarquias e da Primeira República. Após esse momento, onde nos é apresentada a indignação da classe operária com as oligarquias, não sabemos o que foi feito desta indignação, pois não será citado nenhum acontecimento histórico que conte com a participação dos trabalhadores ou de suas organizações de forma ativa. A exceção será quando o autor falar sobre os atos promovidos pelo PCB, porém, como estabelecido anteriormente na obra, colocando a uma dissociação das ações do PCB enquanto partido político e sua ação enquanto liderança da classe trabalhadora.

¹⁰ A III Internacional, ou Internacional Comunista, foi a organização formada em 1919 sobre direção do Partido Bolchevique da Rússia e que após a vitória da Revolução Russa serviu de exemplo para diversas organizações do mundo que se filiaram a ela, como o caso do PCB.

Adiante, a obra faz a seguinte explicação sobre a política trabalhista de Getúlio Vargas após o golpe de 1937 que dá início ao Estado Novo:

Outra característica fundamental da política de Getúlio Vargas foi o trabalhismo, que consiste em conceder benefícios reais aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, fazer propaganda do que foi concedido, com intenção de tornar os direitos trabalhistas conhecidos e despertar nos trabalhadores sentimentos de gratidão e retribuição. (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 122).

Seguindo no texto, lemos o seguinte: “Pela CLT, os sindicatos ficavam vinculados ao Ministério do Trabalho e se tornavam assim, dependentes do Estado” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 122). Ou seja, o livro traz que os direitos trabalhistas faziam parte de uma política de Vargas para cooptar o movimento dos trabalhadores, e para que não reste dúvida que seria essa interpretação do autor, segue mais uma citação, de quando a obra trata sobre a política econômica de Vargas: “a fixação do salário-mínimo em 1940 que, além de amortecer possíveis conflitos entre empregado e empregador, favorecia a acumulação de capital, reduzindo os gastos do empresariado com folha de pagamento” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 119). Aqui vemos que não só havia um interesse de cooptação nos direitos trabalhistas e concessões do governo Vargas como também que em nada sua política contradiz os interesses da burguesia, que também sairia beneficiada com esses direitos.

Tal interpretação estaria de acordo com a historiografia mais recente sobre o período, porém existe uma contradição. Antes de 1930 tínhamos uma classe em um ascenso de lutas e mobilizações, fortemente organizada. Teriam esses dirigentes sindicais simplesmente aceitado de bom grado as políticas conciliadoras de Vargas? Vejamos o que nos diz Mattos acerca da ação dos dirigentes sindicais à época:

No entanto, uma parcela expressiva do setor organizado da classe trabalhadora não parecia disposta a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais controlados pelo MTIC, exceção feita para os que sempre defenderam a adesão ao Estado e ao patronato, ou para setores sem qualquer tradição sindical. (MATTOS, 2003).

Então, teria havido resistência do movimento sindical – ou de uma parte expressiva dele pelo menos – ao projeto de conciliação de Vargas. Porém, tal resistência, não foi citada por Boulos. Mais uma vez, sempre bom levar em consideração a questão do espaço dentro da obra e de que um livro didático não tem pretensões de se aprofundar sobre detalhes de uma temática, mas apresentar um conhecimento geral a respeito dos eventos históricos. Contudo, a obra faz questão de enumerar os inimigos vítimas da repressão do governo Vargas: "O Governo Vargas, então, passou a perseguir seus

adversários políticos (integralistas, comunistas ou liberais), punindo-os com prisões e deportações¹¹ (BOULOS, 2016, p. 120), mas nessa lista não estão os sindicatos ou sindicalistas descontentes. Mais uma vez, a citação dos comunistas aqui não pode ser relacionada à classe trabalhadora, pois apesar da organização ser uma de suas mais importantes direções, o autor do livro didático estudado não os considera dessa maneira e não faz essa ligação. De fato, não só os trabalhadores organizados não estão na lista de perseguidos apresentados pela obra estudada, como esta faz uma divisão, em que para os inimigos políticos seria a repressão, mas para os trabalhadores, caberia a propaganda e proposta de conciliação (BOULOS JÚNIOR, 2016). De novo, recorremos a Mattos que afirma: “foi preciso que a partir de 1935, as lideranças combativas fossem aniquiladas pela violenta repressão, para que o conformismo dos pelegos se instalasse” (MATTOS, 2009, p. 73), por tanto, não estamos falando de um pacto nacional entre Estado e classe trabalhadora como se faz entender no capítulo, mas de um processo de repressão e resistência, onde o primeiro se fez vitorioso.

Sobre a Iconografia do capítulo, desaparecem imagens de greves e mobilizações da classe trabalhadora, somente duas das dezesseis imagens tratam da de atos de rua, e uma imagem em particular na página 122 retrata a chegada de Vargas para o comício do 7 de setembro de maio, como observamos abaixo:



Fonte: BOULOS JÚNIOR, 2016.

Aqui a classe trabalhadora aparece, sentada, admirando Getúlio. um retrato sobre como o autor pensa sobre os trabalhadores nesse período.

¹¹ Essa passagem também poderia ser discutida a respeito de quanto teria se iniciado o processo de repressão política de Vargas, mas acreditamos que isso seria extrapolar nosso objeto.

Nos capítulos seguintes que nos servem como fonte de nossa pesquisa – capítulo 11 “O Regime Militar” e capítulo 13 “O Brasil e a Nova Ordem Mundial” – a ausência de referências a História da Classe Trabalhadora Brasileira avança até deixar de existir no último capítulo. Ao construir a narrativa do livro didático desta forma, com uma diminuição gradativa da participação dos trabalhadores na História do Brasil, contribui para uma percepção de que as lutas dos trabalhadores, suas ações, enfim, sua História, seria coisa do passado, não cabendo mais no mundo de hoje.

Ainda no capítulo sobre Regime Militar, existem algumas referências à participação dos trabalhadores no período. A maioria delas, relatando sobre a repressão que os trabalhadores sofreram no período, porém, ao contrário do capítulo anteriormente estudado, há passagens em que se fala sobre a participação dos trabalhadores organizados na resistência à ditadura, como na passagem “os trabalhadores, por sua vez também mostraram sua força em duas grandes greves por aumento salarial, uma em Osasco (SP) e outra em Contagem (MG), ambas duramente reprimidas pelo governo militar.” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 208). Essas, porém, são as únicas menções aos trabalhadores durante o período que durou a Ditadura Civil Militar. Aqui talvez o argumento do espaço seja válido, afinal, estamos falando de um período notório de refluxo das lutas dos trabalhadores (MATTOS, 2003), porém,

Não se pode confundir falta de aparição pública com não existência, falta de agência, inação. Ao longo de todo o período ditatorial a classe trabalhadora não deixou de atuar, de uma forma ou de outra, como sempre, por dentro ou por fora de suas entidades representativas. (SANTANA, 2018, p. 23).

O capítulo sobre o Regime Militar do livro em questão também engloba o processo de redemocratização e neste existe um tópico dedicado ao Novo Sindicalismo. O texto destaca as greves do ABCD paulista de 1979, porém um trecho nos chamou atenção:

O sindicato que liderou essa greve não era subordinado ao Ministério do Trabalho, como os sindicatos dos tempos de Getúlio Vargas. Também não era liderado por pelegos ou comunistas como os dos tempos de Juscelino e João Goulart. O sindicato de São Bernardo do Campo era dirigido por operários com experiência no chão da fábrica, como Lula e outros eleitos pelos próprios operários. (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 215).

Essa passagem passa algumas impressões contraditórias com a historiografia sobre o tema. Primeiro, existe uma confusão entre a direção de um sindicato e a entidade sindical. No que pese a diretoria procurar se manter independente do Estado, os sindicatos no período eram tutelados pelo Ministério do Trabalho ao ponto que o próprio Sindicato do ABC sofreu intervenção do estado e teve parte de sua diretoria presa, inclusive o

próprio Lula (MATTOS, 2003). No entanto, o que chama mais atenção nessa passagem é uma tentativa de contrapor as novas direções sindicais às anteriores, como se esses fossem uma novidade que não tivesse nenhuma ligação com as gerações anteriores de dirigentes sindicais. Ora, se é verdade que de fato o Novo Sindicalismo surge com a proposta de romper com a estrutura sindical anterior (ALMEIDA, 2007), contudo, durante a ditadura, mesmo com dificuldades e fugindo da repressão, setores antigos dirigentes da classe trabalhadora mantinham aceso um pequeno trabalho que pode construir um fio de continuidade entre os ascensos de lutas da classe trabalhadora anteriores a 1979.

Além disso, não se deve desprezar o avanço lento, mas consistente, de setores progressistas no interior da estrutura sindical oficial. Todo esse quadro de atuações, ao longo dos anos 1960 e 1970, ia preparando o terreno para o ressurgimento do movimento dos(as) trabalhadores(as) (SANTANA, 2018, p. 23).

O tópico sobre Novo Sindicalismo é a última passagem significativa sobre a História da Classe Trabalhadora dentro da coleção História, Sociedade e Cidadania e mesmo esta passagem se encerra com o ano de 1979, não sendo citado os anos de 1980, um dos momentos de maior ascenso das lutas e no processo de reorganização da Classe Trabalhadora Brasileira (MATTOS, 2009). Também é notória a ausência dos anos 1990 e a crise do sindicalismo com a reestruturação produtiva do trabalho. (FRANÇA, 2013).

Em um apanhado geral, a coleção História, Sociedade e Cidadania traz para o livro didático alguns dos principais eventos onde os trabalhadores tiveram algum protagonismo na História do Brasil – com algumas importantes exceções como mencionado – no que para uma obra didática que se pretende generalista, é um feito importante. Contudo, algumas contradições com a Historiografia mais recente nos fazem refletir sobre quais escolhas o autor pretendia fazer ao retratar a História da Classe Trabalhadora no livro didático. Há poucas menções a eventos culturais ou ao cotidiano do trabalho, assim como um número muito pequeno de menções a organização e de trabalhadoras ou de trabalhadores negros, contradizendo as próprias tendências mais atuais da historiografia. Isso meio se explica pelas opções do autor em fazer um livro didático centrado em História Política e Econômica, naquilo que entre professores chama-se “conteudismo”, tendo muito pouco espaço no interior da obra para debate sobre cultura, cotidiano ou mesmo questionamentos críticos do próprio conteúdo.

4.3.2. Coleção História em Debate

A obra “História e Debate”, produzida pela Editora Brasil, traz como autores Renato Mocellin e Rosiane Camargo. Mantendo a tradição da produção de livros didáticos, os autores não possuem uma carreira acadêmica relevante, porém, possuem experiência de décadas na Educação Básica e na produção de livros didáticos para esse nível de ensino. Em entrevista feita para o jornal Gazeta do Povo em 2014, foi creditada às seguintes palavras a Mocellin:

O historiador viu uma transformação significativa nos jovens. Observou que, com o advento da revolução digital, e do amplo acesso às informações que os estudantes têm ao alcance dos dedos, os alunos hoje dispõem de muitas referências, dados a respeito de diversos assuntos que eles são capazes de citar. "Mas enfrentam uma enorme dificuldade em transformar tudo isso em conhecimento, em reflexão crítica. (CAMARGO, 2014, Caderno G, p. 1)

É possível identificar nessa entrevista a visão do autor sobre ensino de História, condizente com a obra produzida, compreendendo que o conteúdo estaria acessível com facilidade devido ao avanço da tecnologia, cabendo ao professor de História ser um mediador entre o conteúdo e a construção de uma consciência crítica. Com isso, retomamos o debate sobre o ensino temático de História, proposta que diferencia a coleção “História em Debate” das demais presentes no PNLD 2018. Essa modalidade de ensino de História rompe com a estrutura cronológica de ensino de História, onde os conteúdos são apresentados em uma linha do tempo e a História obedece a uma divisão em cinco etapas – Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea – centradas em acontecimentos significativos para a Europa. A proposta do ensino temático segundo Neri:

[...] buscava, por meio desta abordagem, romper com um trabalho fechado na cronologia, trazer à tona novos atores sociais, colocando professores e alunos como produtores do conhecimento histórico, sujeitos capazes de pensar e de compreender o mundo numa atitude crítica reflexiva (NERI, 2005, p. 31).

Então, pela proposta temática os conteúdos deveriam ser apresentados não por sua ordem cronológica, mas por seus eixos temáticos, indo e vindo na linha do tempo conforme necessário. Tal proposta já estaria em discussão no Brasil e até mesmo em documentos oficiais no MEC, como o PCN e o Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM, pelo menos desde a década de 1990, porém, desde os cursos de graduação até livros didáticos a abordagem cronológica ainda é majoritária.

Retornamos a esse debate agora com o olhar sobre a coleção História em Debate, que contém em sua proposta a História Temática como método de exposição de seu conteúdo. Desse modo, o primeiro volume da coleção vem com os eixos temáticos

terra e trabalho, temas que interessam a nossa pesquisa, mais especificamente o capítulo 8, que aborda o trabalho no Brasil contemporâneo. Existem algumas passagens nos outros dois volumes onde se pode perceber a História da Classe Trabalhadora Brasileira, mas devido a própria proposta da coleção, tais passagens são breves resgates do conteúdo já exposto no capítulo 8 do primeiro volume.

A primeira característica a se enfatizar é exatamente a existência não de um, mas de dois capítulos a tratar do trabalho e dos trabalhadores brasileiros. O fato desses capítulos estarem localizados no primeiro volume da coleção, destinado a alunos do primeiro ano do Ensino Médio, coloca os estudantes em contato com a História da Classe Trabalhadora Brasileira ainda no início do ciclo do Ensino Médio. As consequências dessa inversão do conteúdo carecem de estudos que não estão nos limites desta pesquisa, porém, nossa observação empírica no uso deste livro didático em sala de aula nos permitiu observar um interesse maior dos estudantes do primeiro ano por um conteúdo mais próximo – tanto temporal quanto socialmente – do cotidiano deles.

Antes de irmos ao capítulo que trata sobre o trabalho no Brasil Contemporâneo, se faz necessária uma breve análise de alguns trechos do capítulo 5 – O trabalho no Brasil até o século XIX. Apesar de nosso objeto de estudo ser o trabalhador assalariado moderno, como definido no primeiro capítulo desta dissertação, e neste ponto do livro didático ele dedicar a falar essencialmente do trabalhador escravizado, acreditamos ser importante uma análise de como a obra trata a transição do trabalho entre o sistema escravista e o trabalho livre.

A abertura do capítulo se dá pela definição de que “em toda história da humanidade, o trabalho esteve presente como referência da relação entre os seres humanos e a natureza” (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 126), uma citação de evidente inspiração marxista¹², já informando a influência da História Social em sua obra, como também fica evidente na passagem “Na sociedade capitalista, o trabalho tem caráter essencial para a sobrevivência pautada no consumo, e o sustento das famílias dependem integralmente dos resultados e das suas remunerações ”(MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 128). Ao que parece, os autores pretendem logo de início estabelecer o trabalho como parte fundamental da História da humanidade.

Mas no que interessa nossa pesquisa, o capítulo traz um quadro onde expõe o conjunto de leis e medidas que regulamentam o trabalho livre no Brasil. Essas leis teriam sido pensadas para o trabalhador rural imigrante, mas dá uma noção de como a transição entre o trabalho escravo ao trabalho livre não se deu de forma imediata à escravidão, mas

¹² Para mais sobre a definição de Trabalho em Marx ver MARX, Karl. **O Capital Livro 1**

gradual e de que a classe trabalhadora brasileira tem início sua formação no período anterior a abolição. (MATTOS, 2009). Contudo, a obra retrata o processo de transição entre trabalho escravo e trabalho livre como pacífica, apenas um resultado de interesses internacionais e vantagens para os latifundiários locais:

Com o risco iminente do fim da escravidão, os cafeicultores começaram a introduzir o salário como forma de pagamento pela força de trabalho utilizada. Perceberam que dessa forma podiam investir menos dinheiro antecipado do que na compra de escravos, pois o assalariado primeiro produzia e depois recebia pela produção, enquanto o escravo demandava um valor alto de investimento anterior realizado. (MOCELLIN; CAMARGO. ANO 2016, p. 145).

Não há nenhuma menção às revoltas dos escravizados e ao movimento abolicionista. Movimento esse que contou com participação incisiva dos trabalhadores escravizados e livres naquele período, como nos traz Mattos:

Ou seja, trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que esse tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação. (MATTOS, 2009, p. 21).

Esse compartilhar de experiências entre trabalhadores livres e escravizados inclusive é citado na obra didática que estamos, agora, analisando. “Havia fazendas em que conviviam trabalhadores livres imigrantes e escravos” (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 145), porém, apesar de ainda não estarem mencionando o trabalhador urbano, não há qualquer citação do resultado dessa convivência em termos de lutas em comum, um dado que a historiografia recente sobre o tema tem se debruçado (MATTOS, 2013).

O Capítulo na obra analisada dedicado ao trabalho no Brasil contemporâneo abre apresentando a mudança do trabalho escravo para o trabalho assalariado após o fim da libertação dos escravos.

Foi nesse contexto que surgiram as indústrias e, com elas, os operários, uma nova categoria de trabalhador urbano. O país até então essencialmente rural, tornou-se cada vez mais urbano.

Com isso, mudou a forma de organização laboral e deu início a generalização do trabalho assalariado. (MOCELLIN; CAMARGO. 2016, p. 198).

A obra coloca os operários como uma nova categoria de trabalhador urbano, e não como uma classe em si, mas que sua existência foi significativa para mudar as relações de trabalho existentes no país. Essa afirmação vai ao encontro do debate feito por nós ainda no primeiro capítulo desta dissertação onde discutimos o que era classe social e como definir a classe trabalhadora. Pela leitura da obra estudada, de certo que os autores concordam com uma definição de classe relacionada com a que apresentamos no primeiro capítulo.

Seguindo no texto, são feitas referências à origem estrangeira desses operários, ressaltando em vários momentos que “imigrantes de diversos lugares do mundo vieram trabalhar e viver em uma sociedade ainda influenciada pela mentalidade escravista” (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 198). Ao ressaltar essa diferença de mentalidade entre o imigrante e a sociedade escravista a obra leva a seguinte afirmação:

O que os patrões não perceberam de início é que a maioria desses operários europeus também eram conscientes de seus direitos. Diante as condições sub-humanas que eram expostos, inauguraram uma forma de reivindicação até então desconhecida por aqui, a greve. (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 202).

A primeira afirmativa vai de encontro ao que até então a obra vinha sinalizando como a compreensão de classe. Ao afirmar que os operários europeus já eram conscientes, contradiz a concepção clássica da História Social onde a consciência deriva da experiência não o contrário. Como afirma Thompson:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON¹³, 2001, p. 274).

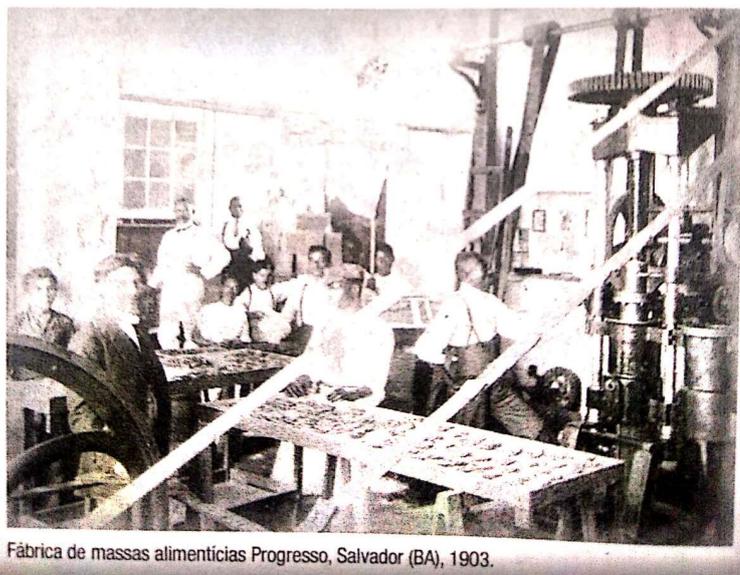
Por tanto, não era possível que os trabalhadores já tivessem consciência de seus direitos – quais direitos? – antes de passarem pelas “condições sub-humanas”. Condições essas que dão a entender, eram vividas e sentidas como sub-humanas somente pelo trabalhador europeu. Oras, não vínhamos de quase quatro séculos de sociedade escravista? As condições já eram “sub-humanas” no período anterior à chegada dos imigrantes e esses trabalhadores escravizados ou libertos, não resistiram e lutaram contra tais condições? Não é o que a historiografia diz, sendo vastos os trabalhos que tratam sobre as táticas de luta dos trabalhadores escravizados e dos recém-libertos. Não nos parece que seja necessária a chegada dos europeus para apresentar a luta para os brasileiros, pois existem registros de greves que datam da década de 1850, antes da chegada massiva de imigrantes, protagonizadas inclusive por trabalhadores escravizados (MATTOS, 2009). Do que podemos afirmar:

¹³ FORTES, Alexandre (org.). Peculiaridades de E. P. Thompson. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Negro, Antônio Luigi e Silva, Sergio (orgs.). Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 2001.

Mesmo as greves, portanto, instrumento típico de reivindicação de trabalhadores assalariados, foram alguns momentos utilizados como forma de luta pelos trabalhadores escravizados das cidades, apresentando demandas específicas, porém demonstrando que os intercâmbios de experiências entre os que viviam e trabalhavam nos mesmos espaços poderiam ter dimensões mais amplas do que esperado pelos senhores e patrões. (MATTOS, 2009. p. 29).

Quando Mattos menciona o intercâmbio de experiência, ele se refere a trabalhadores escravizados e livres, mas não necessariamente imigrantes. O que podemos concluir que, ao contrário do que afirma a obra estudada, não foram os trabalhadores europeus que ensinaram sobre greves, mas a própria experiência em comum entre trabalhadores escravizados e livres, sejam brasileiros ou imigrantes, que formou a Classe Trabalhadora Brasileira.

No que nos leva sobre a ausência do trabalhador recém-liberto e sua história, exceto por uma breve passagem onde se afirma “é o momento de transição do trabalho escravo para o remunerado, no qual homens livres ou libertos tornam-se assalariados” (MOCELLIN; CAMARGO, 2016 p. 200).



Fábrica de massas alimentícias Progresso, Salvador (BA), 1903.

Fonte: MOCELLIN; CAMARGO, 2016.

A imagem acima é utilizada como forma de demonstração do excerto mencionado anteriormente e retrata uma fábrica de massas alimentícias em Salvador no ano de 1903, onde a maioria dos operários que aparecem na foto são negros. Mas exceto por essa passagem e imagem, não há mais referência aos trabalhadores negros.

Na página 204 do livro didático hora analisado, contamos com um breve texto sobre as lutas dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX. Sem se ater a uma narrativa factual, a obra tenta expor as principais características do período, como a organização de sindicatos, jornais e a repressão patronal. Um infográfico acompanha o

texto com datas de diversas leis trabalhistas conquistadas no período. Como as leis citadas neste infográfico datam anteriores a 1930, o livro passa a mensagem de que as leis trabalhistas estariam mais ligadas à luta dos trabalhadores na primeira república do que uma concepção de Vargas no período posterior, uma tese que vem sendo defendida pelo menos desde a década de 1960 (VIANNA, 1978), mas que ainda hoje não parece ser ponto pacífico devido à dificuldade de encontrá-la em outros livros didáticos. Contudo, ao optar por um relato não factual, é perceptível a ausência da citação das correntes ideológicas presentes naquele período, em especial os anarquistas. Poderia ser mais uma vez uma questão de opção por espaço, porém, ao irmos adiante no texto da obra, podemos perceber que, por exceção da menção a formação do PT, as organizações políticas dos trabalhadores não são citadas, apesar de poder se ler na obra que “os assalariados deixaram de ser espectadores e passaram a agir como atores políticos” (MOCELLIN; CAMARGO, 2016 p. 204). Todavia, essa luta não parece ser uma disputa por poder ou por um projeto alternativo de sociedade ou de emancipação da classe trabalhadora. Para os autores, o movimento operário seria um algo que se encerrava na luta por direitos, sejam trabalhistas, “mas também por direitos sociais e políticos” (MOCELLIN; CAMARGO, 2016 p. 205), porém, sem que essa luta seja crítica ao sistema, apenas uma melhor inserção nesse. Por mais que afirme a dimensão política da luta, o apagamento das correntes políticas no livro didático estudado aparta o movimento dos trabalhadores de sua dimensão política, já que segundo a obra não existiria um projeto de poder no movimento sindical.

Ao tratar sobre o período Vargas e sua relação com a classe trabalhadora, notamos uma defesa da tese de “conciliação” como já havia sido defendida na coleção História, Sociedade e Cidadania. Porém, na obra agora estudada, existe uma crítica mais contundente as leis trabalhistas, apontando suas contradições como indica o trecho referente à construção da CLT:

Essa lei foi considerada inovadora, apesar de muitos benefícios já terem sido concedidos a uma pequena parcela do operariado. Entretanto, naquele contexto político, o Estado fez parecer que era um ato de enorme generosidade e que se preocupava, literalmente, em conceder benefícios aos trabalhadores” (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 205).

A ideia de grande pacto que Vargas teria trazido com trabalhismo onde os trabalhadores aceitaram de bom grado trocar a liberdade e autonomia nas lutas em troca dos direitos trabalhistas parece ter peso ainda na Academia, ou isso, ou a distância entre produção acadêmica e livro didático ainda é maior do que os autores didáticos afirmam ser.

Um quadro de destaque no capítulo que estudamos é a referência ao Samba como uma manifestação cultural da classe trabalhadora. “muitos compositores de Samba retratavam em suas canções a situação dos trabalhadores, que, de tão ruim, perdia em benefícios para malandragem” (MOCELIN; CAMARGO, 2016 p. 207) e, por conseguinte, a repressão sofrida, para em seguida mencionar sua apropriação pelo Estado como durante o período Vargas. Esse quadro traz uma característica importante da História Social que são os estudos sobre as manifestações culturais da classe trabalhadora. Mais que isso, a cultura como elemento formador da classe trabalhadora, pois para Thompson

(...)é essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem ‘a reboque’, seguindo os fenômenos econômicos à distância: eles estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações. (THOMPSON, 2001, p. 208).

Ao invocar esse elemento no texto, os autores do livro didático ampliam o leque de possibilidades de como se conhece a classe trabalhadora para o estudante, um conhecimento importante, que faria bem em mais passagens do capítulo.

Mas, seguindo pela ordem estabelecida no livro didático, temos em duas páginas, a trajetória da História da Classe Trabalhadora entre os fins do Estado Novo, 1945, até a ascensão do novo sindicalismo. A passagem é breve, com menção a um ascenso das lutas no período entre o fim do Estado Novo e o golpe militar e sua retomada no final da década de 1970. A fora isso, detém a referir nas mudanças no trabalho durante o período da Ditadura Militar, “Durante a ditadura militar os direitos sociais foram alterados significativamente” (MOCELLIN; CARMARGO, 2016, p. 2008), e relata as medidas em que os militares alteraram as relações de trabalho no Brasil, como a criação do FGTS. Se podemos questionar a ausência de maiores explicações sobre a resistência à ditadura por parte dos trabalhadores, também está ausente a política de repressão por parte do Estado, uma descrição muito pacífica para um período tão violento, em especial porque a ditadura que se instalou o fez como um golpe preventivo, tal qual assinala Queiroz

A guerra de classes que, no caso do Brasil, começou a se desenhar mais explicitamente no segundo semestre de 1963 aos primeiros meses do ano subsequente, encontra-se no rol das causas fundamentais da constituição desse tipo “anormal” de governo (QUEIROZ, 2015. p. 36).

Logo, um relato mais dinâmico sobre a repressão se faz necessário em um capítulo que se pretende contar a História da Classe Trabalhadora em um livro didático.

A respeito do novo sindicalismo, alguns dos méritos que a obra traz é de não centralizar a narrativa somente no ABC Paulista “A partir de 1979, outras categorias

começaram a aderir aos movimentos grevistas espalhando paralisações em todo país” (MOCELIN; CAMARGO, 2016, p. 209). Outra questão importante é trazer, ainda que de forma tímida, a dimensão política da luta dos trabalhadores: “A Anistia política e o fim da Ditadura Militar também foram reivindicações desse movimento” (MOCELIN; CAMARGO, 2016, p. 209). Contudo, tal qual na obra analisada anteriormente, aqui acaba a luta da classe trabalhadora. E isso toma uma dimensão ainda maior quando analisamos o resto do capítulo e percebemos que ainda resta metade das páginas dedicadas à História do Trabalho no Brasil Contemporâneo. O restante do capítulo trata de lidar com outros setores da classe trabalhadora, normalmente desprezados na História, como trabalhadores rurais, informais e terceirizados. No que pese a importância desses setores e a necessidade de incluí-los como parte da história da classe trabalhadora, inclusive no livro didático, a forma da apresentação nos parece mais adequada a um livro de Sociologia do que de História. Para a História, a classe interessa enquanto está em luta (THOMPSON, 2001).

Como uma análise geral do livro em questão, a proposta trazida pela História Temática cria possibilidades de uma abordagem melhor para nosso objeto de estudo, contudo, a obra mais uma vez tenta deixar a luta de classes como um fenômeno do passado, e propõe, explicitamente, que os conflitos que permanecem hoje entre as classes seja resolvido “a frio”, pela política institucional

Como resolver o problema de desemprego e subemprego? Uma das alternativas é o crescimento econômico, que em certa medida, depende de mudanças na política econômica e da realização de reformas urgentes e necessárias, como a tributária e a social, além da reforma agrária. (...) No Brasil algumas medidas foram adotadas com o objetivo, como a nacionalização de empresas em nosso território, a diminuição da cobrança de impostos para empresas estrangeiras e a regularização de novas profissões. (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 221).

Essa passagem encerra o capítulo, que curiosamente começou com uma referência marxista e se encerra com a defesa de uma política de conciliação e redução de impostos para empresários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE PRODUTO

5.1 conclusões a respeito do livro didático de História

Na introdução de nossa dissertação, apresentamos algumas perguntas geradoras que esperamos agora, após a análise de nossas fontes, conseguirmos ter uma resposta, se não definitiva, mas minimamente satisfatória.

A começar que é inegável que os livros didáticos analisados apresentam a Classe Trabalhadora assalariada moderna como sujeito histórico presente e ativo na História do Brasil Contemporâneo. No que pese a diferença entre as abordagens metodológicas de apresentação do conteúdo didático, ambas as obras dedicam uma parte minimamente significativa para relatar eventos e ações promovidas pela classe.

Essa primeira observação, por mais trivial que possa parecer, já nos direciona para o fato de que os autores de livros didáticos reconhecem, ou são obrigados a reconhecer, a existência e importância da classe trabalhadora. Isso se faz, pois o livro didático, tal qual a disciplina de História, como já mencionado, é um espaço de disputa e contradições que gira em torno do currículo de História e pouco tem a ver com os objetivos apresentados pelo ensino da disciplina e sim como uma disputa de narrativas sobre o passado, de acordo com os interesses daqueles que ocupam o poder no momento da reformulação. Por consequência é um espaço que incide na luta de classes. Mas, se é verdade que a classe trabalhadora impôs sua presença na academia durante os anos de 1980, não só pela força dos intelectuais que a estudavam, mas pelas suas próprias forças ao se porem em movimento, é de supor que essa pressão não escaparia ao ensino de História na educação básica e ao livro didático.

Contudo, se não é possível invisibilizar a classe, é possível domesticá-la ou torná-la um sujeito histórico que pertence ao passado, não tendo importância significativa nesses novos tempos. Essa imagem foi perceptível nos dois livros analisados, onde em ambos só existia menção à classe trabalhadora até o fim da Ditadura Militar e ao adentrar da década de 1980. O momento de seu apagamento dos livros didáticos acontece a partir da década de 1990, coincidindo com o período de avanço do neoliberalismo, um projeto

não só político e econômico como social e cultural. Nesse período, teve início no mundo uma virada de mudança do papel dos chamados organismos multilaterais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI.

Após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, uma nova ordem mundial estava sendo criada sob os alicerces da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Como marco desse processo, um encontro entre os principais agentes financeiros globais e chefes de estado patrocinados pelo Banco Mundial, aconteceu no ano de 1989, esse encontro foi denominado de Consenso de Washington.

Na verdade, o Consenso de Washington representa, no contexto da América Latina, o mesmo movimento de contra-ataque do Capitalismo em relação às conquistas dos trabalhadores. É desnecessário afirmar que aqui o pano de fundo é outro, que existem, quando muito, arremedos de Estados de Bem-estar e que a democracia, a muito custo, tenta fazer sua reentrada num continente marcado por sucessivos períodos de ditaduras declaradas ou disfarçadas, civis ou militares (com preponderância das últimas). Em suma, aqui na América Latina o conservadorismo propõe discussões e modelos *pós-welfare* para sociedades que nem sequer se aproximaram daquela configuração no que diz respeito a direitos sociais e distribuição de renda e onde, ao contrário, o Estado tem servido historicamente mais aos interesses das classes dominantes associadas - dependentes ou não do Capitalismo mundial, do que aos setores subalternos. (NEGRÃO,1998)

Na avaliação realizada durante o encontro, a primeira feita em conjunto por funcionários das diversas entidades norte-americanas ou internacionais envolvidas com a América Latina, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e ao Peru. Assim, reforçou-se – especialmente para estes últimos – a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando por meio das prescrições do ajustamento como condição para continuidade ao processo de concessões financeiras operacionalizadas pelo Banco Mundial e pelo FMI.

As políticas macroeconômicas [...] eram fundadas no famoso tripé composto por uma política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e uma política fiscal visando manter um superávit primário que compensasse o déficit nominal das contas públicas [...]. Essas políticas são também associadas às reformas institucionais da década de 1990, que resultaram em forte liberalização comercial, desregulamentação financeira, uma crescente abertura da conta de capitais e outras reformas microeconômicas coerentes com o suposto da eficiência intrínseca dos mercados (denominadas aqui de “reformas neoliberais” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, v. 31, p. 507).

No que diz respeito à Educação Básica, as reformas orientadas pelo Banco Mundial revelaram que a dimensão instrumental da educação foi destacada em detrimento da formação integral; priorizou-se o desenvolvimento de “competências e habilidades” requeridas pela dinâmica do capital, e, por conseguinte, o pensamento crítico foi

fragmentado, enfraquecido, não permitindo a ruptura com o empresariamento educacional e colaborando para a manutenção da crença sobre o determinismo tecnológico como legítimo norteador das novas demandas sociais. Essa defesa das competências pode ser observada desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, onde aparece da seguinte forma:

Na educação formal, os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como sendo a possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes. A esse conhecimento mobilizado, operado e aplicado em situação se dá o nome de competência. (BRASIL, 1996, art.: 32 e 35).

Tal postura, fragmentando o conhecimento e não permitindo uma visão da totalidade quando se refere ao ensino de História, pode ser encontrado tanto no PCN quanto no PCNEM e, por consequência, no livro didático, como nos aponta Sousa e Stamatto (2013)

Portanto, na História recente da disciplina, é entre os anos de 1998 a 2012 que se pode observar como os livros didáticos e o Exame Nacional do Ensino Médio se apropriam das prescrições governamentais sobre os conteúdos históricos e expectativas de aprendizagem nas iniciativas de reforma que desembocam nos PCNEM” (SOUSA; STAMATTO, 2013 p. 12).

O que temos então, é um livro didático orientado por PCNs que, por sua vez, possuem valores neoliberais, para qual a luta de classes teria sido vencida em definitivo pelo Capital, cabendo às classes subalternas o papel de levar suas reivindicações para dentro dos espaços de poder institucional, de modo que as disputas se deem não mais como um antagonismo de classe inconciliável, mas por interesses individuais e identitários. A ideia de totalidade se perde na diversidade dos múltiplos sujeitos.

Pela análise feita dos livros em nossa pesquisa, a visão da defesa da fragmentação da classe parece ter se consolidado do final dos anos 1990 para cá.

Ainda dentro dessa visão neoliberal sobre a classe trabalhadora, não se estranha que haja uma separação - ou no caso da coleção História em Debate, total ausência - entre a ação da classe trabalhadora e um projeto político de poder. Como não haver menção à relação entre as organizações da classe trabalhadora com o poder no momento em que um de seus mais importantes dirigentes históricos é alçado ao poder? Isso só é possível apagando a dimensão política da classe trabalhadora e seu potencial revolucionário.

Dessa feita, temos a classe trabalhadora no livro didático de História estudados como uma relíquia, que ao passo em que nos aproximamos do tempo presente, menos significativa fica sua importância Histórica.

Outra observação na trajetória dessa pesquisa seria uma contradição entre a historiografia acadêmica e os conteúdos dos livros didáticos no que interessa à História da Classe Trabalhadora Brasileira. Apesar de esforços visíveis em diminuir essa distância, podemos observar como debates que são consenso na academia não chegam ao livro didático, às vezes com décadas de diferença entre a produção acadêmica e o livro didático. Inferimos que a ausência de professores com histórico de produção acadêmica entre os autores de livro didático tenha alguma influência nessa distância assim como o fato de o livro didático ter sua existência dividida entre recurso didático e mercadoria, sendo que, como mercadoria, sua existência é para trazer lucro às editoras, que buscam os discursos mais “neutros” possíveis na intenção de atingir os mais diversos públicos, evitando entrar em polêmicas que poderiam suscitar queda nas arrecadações.

O que podemos falar sobre a História da Classe Trabalhadora no Livro Didático de História para além da sua presença – e ausência – denotam uma visão de mundo presente nos livros didáticos. Uma visão de mundo, aparentemente contrária aos interesses da classe trabalhadora por sua emancipação.

5.2. Uma proposta de um produto: um capítulo de livro sobre a História da Classe Trabalhadora Brasileira

Diante do exposto acreditamos se fazer necessária uma abordagem alternativa à História da Classe Trabalhadora no Livro Didático de História. Quando iniciamos nossa pesquisa, tínhamos em mente que o produto resultante seria uma cartilha didática que abordasse o tema da História da Classe Trabalhadora Brasileira, a ser utilizada como formação complementar ao uso do livro didático. Conforme avançamos em nossos estudos, percebemos que adotar uma obra de caráter paradidático não serviria como resposta a um questionamento que estávamos fazendo ao livro didático. Ao mesmo tempo, não nos pareceu coerente com nossa pesquisa, ou que estivesse em seus limites, propor um livro didático inteiro, já que um livro assim se propõe a ter uma abordagem de assuntos genéricos e não só sobre a História de uma classe social.

A resposta para nós viria com a abordagem da História Temática, referimo-nos a ela anteriormente, em que os conteúdos no livro didático são apresentados por temas e não em ordem cronológica. Tendo isso em mente, acreditamos que a melhor maneira de responder à necessidade de uma abordagem alternativa sobre a classe trabalhadora seria a inserção de um capítulo sobre o tema seguindo uma abordagem temática.

Porém, podemos nos propor a isso sem nos submetemos a uma autocensura. Neri, citando crítica feita por Arias Neto em 1999, aponta que “sua crítica aos eixos temáticos sugeridos dizendo que, na sua visão, representam um conjunto anódino de curiosidades” (NERI, 2005, p. 35). Em uma crítica mais robusta, Neri aponta que:

as críticas apresentadas por Arias Neto (1999), Soares (2002) e Moreira (1996) colocam em evidência a submissão do ensino ao mundo produtivo, no qual a formação de cidadãos úteis, criativos, disciplinados, adaptáveis às mudanças periódicas do capitalismo seriam fundamentais para tornar os indivíduos capazes de responder às demandas de um mundo globalizado e dominado pela tecnologia (NERI, 2005)

Como resposta às críticas, a primeira sobre ser um “conjunto anódino de curiosidades”, acredito que não seria mais necessário expor a importância da História dos trabalhadores, pois temos argumentos suficientes em toda dissertação. Já a segunda acusação, de ser uma visão neoliberal do ensino de História, é necessária uma reflexão mais robusta.

Como vimos anteriormente, ao analisar um livro que teria uma abordagem temática encontramos, sim, elementos que fazem defesa dos valores neoliberais e essa aliás é justamente a conclusão de nossa pesquisa. Contudo, o que concluímos, também, é que ambas as abordagens tratavam a classe trabalhadora por um olhar neoliberal. Oras, se as duas perspectivas analisadas fazem uso de tal concepção, não podemos dizer que seria a abordagem em si que carregaria esses valores, mas a escolha dos próprios autores. No que pese a História Temática tenda a fragmentação do conhecimento, acreditamos ser possível inserir no ensino de História a História dos Trabalhadores brasileiros por meio da História temática mantendo a compreensão de totalidade, não isolando o trabalhador do mundo a sua volta, mas pelo contrário, tirando-o do local de coadjuvante e o trazendo para o centro do processo de ensino e aprendizagem.

É algo que nunca, ou pouco, nos propomos a questionar: a centralidade da Classe Trabalhadora como sujeito histórico e revolucionário.

O texto apresentado no APÊNDICE A – A HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES E DAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA – tenta fazer um breve histórico dos últimos 40 anos das organizações e lutas dos trabalhadores brasileiros. Longe de ser uma obra completa, trata-se apenas de um trecho do que seria a proposta de capítulo sobre a história da classe trabalhadora. Um leitor mais atento, perceberá que abdicamos da profundidade dos instrumentos de análise historiográfica em prol da simplicidade da mera narrativa factual. Fazemos pelo caráter utilitário que pretendo com o texto, uma ferramenta de pesquisa rápida de referências

temporais para que seja a base do que seria desenvolvido com mais crítica na produção de um produto final, o capítulo sobre História da Classe Trabalhadora.

Também é preciso dizer que o texto não tem caráter acadêmico, sendo endereçado aos estudantes de ensino médio e ao público leigo em história especialmente nossos eventos esquecidos relacionados às lutas dos trabalhadores. Optamos por terminar nosso recorte histórico nos primeiros anos do governo do PT.

Tenham uma boa leitura!

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edna F. Patrões e cativos: Relações de trabalho e estratégias de resistência nos seringais do alto Solimões, Amazonas. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 51, p. 133-151, 22 mar. 2019. DOI <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2018v1n51ID17177>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/17177/11318>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Sundermann, 2007. 109 p. ISBN 9788599156070.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: Paradigmas revolucionários**. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 3.
- BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998.
- BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. cap. Parte 1, p. 145-158.
- BATALHA, Claudio H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, ed. 23/24, p. 87-104, jan/dez 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/download/6398/3840>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo Boulos Júnior. **História, Sociedade e Cidadania**. São Paulo: FTD, 2016. v. 3.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 set. 2019.
- BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.
- BUENO, Wanderci. O Partido Comunista e o Parlamentarismo. In: **O Partido Comunista e o Parlamentarismo: Segundo Congresso da III Internacional**. [S. l.]: Esquerda Marxista, 13 out. 2016. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/o->

partido-comunista-e-o-parlamentarismo-segundo-congresso-da-iii-internacional/
Acesso em: 19 jun. 2020.

CAMARGO, Paulo. Era uma vez um professor de História. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 maio 2014. Caderno G, p. 1-2. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/era-uma-vez-um-professor-de-historia-8jab26fgs59tf480sv5i5y0cu/>. Acesso em: 14 mar. 2020.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros** – passado, presente e futuro, São Paulo: Companhia das letras, 2010.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: presente, passado e futuro**. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 231 p.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. **Em queda livre?** A economia do livro no Brasil (1995-2006), In: Impresso no Brasil: Aníbal Bragança e Márcia Abreu (Org.), São Paulo: Editora Unesp, 2010

FERRAZ, Ronaldo Oliveira. **A classe trabalhadora brasileira no livro didático: memória e História**. Orientador: Isnara Pereira Ivo. 2011. 150 f. Dissertação (Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2011. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Ferraz-R-O.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 119p. (História &- reflexões). ISBN 8575260901

FONTES, Virgínia. Prefácio. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 7-15.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo: Cortez, 2013. 216 p. ISBN 978-8524920318.

GERMINARI, Geydson D. ; MOURA, Anderson F.de. Livro didático de história , entre conteúdos e epistemologia. **Educação Unisinos**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 102-110, jan. 2017. Disponível em:
<<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.211.11>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

HENTZ, Isabel. História Temática como proposta curricular: dificuldades e possibilidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis. disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548945023_9c5d7eedc05f9b706ad405aa7be35121.pdf Acesso em: 1 jun. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
LÖWY, Michael. **Marxismo contra Positivismo**. Cortez São Paulo 2018.

MARX, Carl, **A sagrada família** Editora Boitempo São Paulo 2003

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política : livro I : o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. 894 p. ISBN 9788575595480.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p. ISBN 9788575590737.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010. 254 p. ISBN 9788585934231.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. cap. 2, p. 67-98.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-56, 2007. DOI <http://doi.org/10.12957/rep>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/158/183>. Acesso em: 14 maio 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019. 160 p. ISBN 9788575597064.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 84 p. ISBN 9788571107168.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 160 p. ISBN 9788577430529.

Ministério da Educação. **PNLD 2018: guia de livros didáticos – ensino médio / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane. História e Debate**. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

MORAIS, Lecio Morais; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 124, ed. 4, p. 507-527, out./dez 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000400001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2020.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NERI, Janete de Fátima Barause. **A Seleção de conteúdos de História por professores do Ensino Médio**. 2005. 31 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <https://silo.tips/download/universidade-federal-do-parana-a-seleao-de-conteudos-de-historia-por-professores>. Acesso em: 17 nov. 2020.

POULANTZAS, Nicos Ar. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 368 p.

QUEIROZ, Fabio José. **1964: o dezoito de brumário da burguesia brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2015. 191 p. ISBN 9788599156735.

SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC Paulista e os desafios do sindicalismo atual. **Lua nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, ed. 104, p. 19-65, maio/ago. 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-019065/104>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n104/1807-0175-ln-104-19.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: 2017. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/pnld-2018/>. Acesso em: 18 out. 2018.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936-1948**. São Paulo: Annablume, 2009. ISBN 9788539100323.

SOUZA, Kleber Luiz Gavião Machado; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Parâmetros curriculares nacionais, livros didáticos e exame nacional do ensino médio: o debate sobre o dito e o prescrito (1998 a 2012). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais eletrônicos... Natal. disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370136199_ARQUIVO_ArtigoSimposioANPUH2013.KleberGaviao.final.pdf Acesso em: 1 jun. 2019.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria, ou, Um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231p.

THOMPSON, E. P. **Senhores & cacadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 432p., (Oficinas da história, v.7).

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, ed. 61, p. 497-518, maio/ago 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862017000200497&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 jan. 2020.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 288p., (Estudos brasileiros, 12).

APÊNDICE A – A HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES E DAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Antes de 1978

Para que possamos entrar nos últimos anos de história do movimento dos trabalhadores no Brasil é preciso que antes se entenda o que é um sindicato e qual papel ele cumpre dentro de nossa História.

Os sindicatos no Brasil surgem ainda no final do século XIX, no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. O país nesse período passou por inúmeras transformações, como por exemplo a expansão das cidades e a vinda de trabalhadores imigrantes.

Ainda sobre o regime de escravidão, vários escravizados trabalhavam como “escravos de ganho”, que exerciam pequenos trabalhos urbanos assalariados e dava uma parte do que ganhavam os seus senhores. Além deles, existiam uma série de trabalhadores livres que exerciam funções nos setores de serviços como carroceiros, barbeiros e padeiros. Não é possível que se pense que essa quantidade de trabalhadores não tenha lutado por melhores condições ou tentado se organizar, contudo, essas organizações apesar de muito combativas não conseguiram criar estruturas permanentes.

Com a chegada dos imigrantes europeus, em um primeiro momento foram trabalhar na lavoura em substituição ao trabalho escravo, mas que logo também foram assimilados pela recente indústria brasileira. O convívio dos imigrantes com trabalhadores escravizados, libertos ou livres promoveu um intercâmbio entre as experiências de organização e luta tanto dos brasileiros quanto dos europeus. A relação entre a história de lutas brasileira e a tradição europeia formou o movimento operário brasileiro, que nos seus primeiros anos mostrou profunda combatividade mesmo em uma

situação adversa onde a atividade sindical era criminalizada e tratada “na pata do cavalo”, como se diziam.

Foi nessa época que surgiram as primeiras correntes de ideias políticas que defendem os interesses dos trabalhadores. Entre essas correntes destacam-se os Anarquistas e Socialistas e mais tarde, após 1922, os comunistas. Durante toda História seguinte da classe trabalhadora brasileira, diversas correntes políticas surgiram e desapareceram, demonstrando que a luta dos trabalhadores não seria somente por melhores condições de trabalho ou salários, mas que existe um interesse na disputa política pelos rumos da sociedade.

O Período Vargas marca a institucionalização dos sindicatos, que passaram a ser reconhecidos pelo governo. Esse processo contém avanços e retrocessos, se por um lado as lutas do período anterior conquistaram os direitos trabalhistas e o reconhecimento dos sindicatos, por outro sua institucionalização acabou por colocar os sindicatos a serviço do Estado, com suas diretorias sendo indicadas diretamente pelo Ministério do Trabalho. Apesar da política trabalhista de Vargas propor a cooptação das direções sindicais e dos trabalhadores, uma parte considerável entre os dirigentes sindicais que lutaram no período anterior não aceitou de bom grado a troca da liberdade sindical por alguns direitos trabalhistas. A esses o Estado Vargas perseguia e reprimiu, de modo que não só pela propaganda Vargas exerceu sua dominação. Porém, os setores mais combativos acabaram sendo derrotados pela força do Estado, e o sindicalismo oficial se impôs.

Com isso, nossos sindicalismos começam a apresentar a contradição que irá carregar durante toda sua existência: a disputa entre os setores que defendem uma maior combatividade e ligação com as bases trabalhadoras contra um setor burocrata que busca apenas os privilégios sindicais através de acordos com o Estado e os patrões, os chamados pelegos. é através desse sujeito contraditório que iremos observar a história do Brasil.

Mesmo diante disso, durante as décadas de 1950 e início da década de 1960, o movimento dos trabalhadores brasileiro viveu anos de intensas lutas. diversas conquistas desde reivindicações como organizacionais foram conquistadas durante esse período.

O conflito entre as classes estava posto nas ruas naquele período, tanto as forças dos trabalhadores quanto dos patrões estavam em conflito aberto, e o governo, não conseguia impedir ou apaziguar os ânimos. Tal situação levou a um acordo entre burguesia e militares por um golpe militar que pusesse fim à agitação social. O golpe foi

contra a classe trabalhadora, e ela sentiu. Sindicatos sofreram intervenção, lideranças políticas e sindicais foram presas e a repressão às greves e mobilizações cresceram.

1978: os trabalhadores e o fim da Ditadura

No final da década de 70 o regime militar já se encontrava em crise. O “milagre econômico” que antes permitiu um crescimento recorde, começava a mostrar seus limites, em especial na carestia de vida. Do ponto de vista do movimento dos trabalhadores, os anos anteriores foram de profunda derrota. Durante todo período do regime militar as antigas diretorias combativas foram gradualmente sendo substituídas por diretorias biônicas ligados ao ministério do trabalho, fazendo com que na grande maioria dos sindicatos estivesse à frente setores burocráticos que mantinham a entidade como mero reprodutor da política do governo federal.

O Ano de 1978 costuma ser colocado como marco do retorno do sindicalismo no Brasil, mas é preciso que se diga, os anos anteriores já tinham ocorrido algumas greves e mobilizações. De fato, a crise do milagre brasileiro somado a política de salários que escondia a inflação do Governo Militar já havia provocado agitações populares e algumas greves mais localizadas. O setor de funcionalismo público, que até então não podia se sindicalizar, começou a organizar suas primeiras associações civis para driblar a legislação e poder organizar seus trabalhadores.

Porém, mesmo com tais antecedentes, sem dúvida que o momento de virada no movimento sindical foram as greves da Região do ABC Paulista. Durante os anos de 78, 79 e 80, dezenas de greves em várias fábricas sacudiram as estruturas econômicas e políticas no centro industrial do país. Essas greves tinham como principal características o grande envolvimento das bases, com assembleias com dezenas de milhares de operários e comandos de greve que desafiavam o Governo Militar, que tentou intervir nos sindicatos e prender as principais direções. As burocracias que se encontravam à frente dos sindicatos se viram em uma situação de que ou iam às greves ou teriam sua legitimidade questionada por suas bases.

Essa onda grevista se espalhou em pouco tempo por todo o Brasil, em diversas outras categorias como professores, construção civil, bancários e funcionários públicos. Sempre mantendo a alta participação das bases sindicais, que algumas vezes chegaram a substituir seus dirigentes sindicais.

1983: a Fundação da CUT

A pressão dessas lutas acabou por aumentar a crise política que já se encontrava no regime ditatorial. O governo então resolveu mudar o discurso, e admitir a possibilidade de uma abertura política, desde que essa fosse “lenta, gradual e segura”, ou seja, que não se mudasse as estruturas sociais brasileiras e tão pouco que aqueles que tomaram o poder anteriormente fossem responsabilizados. Um exemplo dessa política foi a Lei de Anistia, de 1979, que anistiou os presos políticos e os exilados, mas também anistiou os torturadores.

Esse novo período de lutas foi algo inédito na História do Brasil, não só pela quantidade de setores em luta ou o número de trabalhadores envolvidos, mas por sua espontaneidade, criatividade e participação de outros setores sociais. Mas a característica mais forte desse período foi o surgimento das centrais sindicais, em especial, a CUT.

Desde os anos 10 do século XX foram feitas inúmeras tentativas de construir uma central sindical que unificasse os vários setores da classe trabalhadora brasileira. Essas tentativas não conseguiram prosperar, fossem pelo corporativismo das categorias, pela repressão do Estado ou a simples falta de experiência dos seus dirigentes. Por conta disso, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi um marco na história do movimento sindical brasileiro, pois pela primeira vez se conseguiu aglutinar em uma mesma entidade sindicatos e trabalhadores organizados de diversas categorias, superando os limites do corporativismo e se propondo a superar a estrutura sindical estatal que existia no Brasil desde a Era Vargas.

Contudo, não podemos supor que a formação da CUT ocorreu sem conflitos. Havia no Brasil diversos setores em disputa na luta dos trabalhadores e cada um deles tinha sua própria visão sobre o que seria o ideal para o movimento sindical.

Podemos separar o movimento sindical brasileiro daquele período em dois grupos: de um lado estão os setores do chamado “novo sindicalismo” que reunia os dirigentes sindicais e as oposições que surgiram com a onda de greve e o antigo sindicalismo representado pelas antigas burocracias e grupos ligados ao PCB e PCdoB. Esses dois grupos chegaram a construir em 1981 um encontro em comum que ficou conhecido como I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT). Porém, as diferenças de concepções fizeram com que os setores do antigo sindicalismo se retirassem do congresso, fazendo com que os setores do novo sindicalismo chamassem um novo CONCLAT e dessa vez fundassem a CUT.

Nos seus primeiros anos, com sua proposta de “CUT pela base”, a entidade conseguiu aglutinar ao seu redor os sindicatos mais combativos do período. A Central acaba se tornando na década de 80 referência em luta sindical.

1988: A constituinte

Durante praticamente toda a década de 1980 o Brasil viveu seu período de maior ascensão das lutas sindicais. Essas lutas tiveram reflexos não só nos ganhos concretos aos trabalhadores como influenciaram uma série de acontecimentos políticos importantes. Um deles, sem dúvida, foi a campanha pelas “Diretas Já” em 1984, que contou com a participação dos sindicatos cutistas. Essas lutas dificultaram os planos do regime militar em fazer uma transição pacífica de regime, obrigando a ditadura a ceder muito mais do que gostaria.

Um exemplo dessas concessões é a constituinte de 1988, que sofreu profunda pressão social ao ponto de ser chamada de “constituição cidadã”. No que pese os direitos sindicais promovidos na constituição os mais importantes são: o direito de greve; fim das intervenções nas diretorias dos sindicatos e a sindicalização dos servidores públicos.

Um aspecto que é importante mencionar é que apesar de somente com a constituição os servidores públicos puderam ter sindicatos, muitas categorias já vinham se organizando em associações que funcionavam como verdadeiros sindicatos. Além disso, por terem sido reconhecidos a posterior, os sindicatos dos servidores contaram com a “vantagem do atraso” já que não tinham passado pelo período de maior controle do Estado contavam com uma estrutura mais independente em relação ao setor privado.

Um outro marco desse período sem dúvida será a Greve Geral 1989, até então a maior mobilização grevista no Brasil que paralisou cerca de 20 milhões de trabalhadores.

1992: reestruturação produtiva

O ano de 1992 entra como marcante para a história dos trabalhadores brasileiros por dois aspectos: primeiro, temos as mobilizações em torno do Impeachment do presidente Fernando Collor, que apesar de ter se iniciado com mobilizações estudantis, contou com muito peso dos trabalhadores, em especial do serviço público federal. Também é desse ano a fundação da Força Sindical, uma central sindical formada pelos membros do antigo sindicalismo com apoio do governo e de setores patronais.

O discurso da Força Sindical era de um “sindicalismo de resultados”, ou seja, que evitasse as greves e os conflitos e que se privilegia a negociação direta com os patrões. Tal discurso vinha amparado nas transformações que começavam a ocorrer no mundo do trabalho que ficaram conhecidas como Reestruturação Produtiva, que nada mais era que um aumento na precarização das condições de trabalho e tentativa de desarticular as organizações de luta dos trabalhadores.

Nesse período, a CUT se colocava contrária ao discurso do sindicalismo de resultados, porém já era visível que muitas das posições defendidas inicialmente pela central não eram mais parte do cotidiano da CUT. Seus últimos congressos já apontavam medidas que por um lado diminuía o poder da base sobre a entidade (menos trabalhadores passaram a participar e os diretores sindicais passaram a ser maioria) e por outro aprovaram medidas que apontavam em direção a conciliação com setores patronais. De fato, na década de 90, a CUT iniciou seu percurso de burocratização e atrelamento ao Estado.

1995: Greve dos Petroleiros

O surgimento da Força Sindical, a adaptação lenta da CUT ao Estado e a própria desmobilização da classe trabalhadora teve como grande marco a greve dos petroleiros em 1995. A greve para além das pautas econômicas e salariais lutava contra o projeto de privatização da Petrobrás promovido pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

A greve durou cerca de 31 dias com adesão de praticamente 90% da categoria. Contudo, a repressão do governo FHC foi gigante, desde desconto nos salários dos grevistas, multa aos sindicatos até demissões e ocupação de refinarias pelo exército.

A greve teve uma vitória importante ao adiar os planos do governo de privatização da estatal, porém os custos da repressão foram muito altos, de modo que para a categoria e até o conjunto do movimento sindical essa greve marca o fim de um ciclo de lutas iniciado na década de 80.

1999: Fora FHC

A conjuntura começa a mudar no ano de 1999 quando uma série de mobilizações tomam conta do país motivadas pelas consequências da crise econômica e das políticas neoliberais do governo FHC. Passou a existir uma disposição para lutar pelo

“Fora FHC” tal qual tinha ocorrido com Collor. Uma importante marcha à Brasília foi organizada esse ano que reuniu cerca de 100 mil pessoas.

Contudo, Havia uma disputa entre os setores do movimento sobre se deveriam ou não lutar até às últimas consequências pela queda do governo FHC ou se não seria melhor desgastar o governo para facilitar a eleição do candidato do PT, Lula, em 2002. O segundo grupo na disputa de poder acabou prevalecendo, e o pequeno ascenso do movimento sindical no início dos anos 2000 foi um dos impulsionadores da vitória de Lula.

2003: Reforma da previdência

A eleição de Lula foi acompanhada por muito entusiasmo e esperança pelos setores do movimento dos trabalhadores brasileiro. A construção do projeto do PT tem origem nos sindicatos e acreditava-se que a eleição de um sindicalista poderia pôr as pautas dos trabalhadores como prioridade.

Contudo, o governo Lula acaba contrariando essas esperanças já em uma de suas primeiras medidas, com a reforma da previdência que atinge principalmente o funcionalismo público federal com retirada de direitos.

O movimento sindical então se viu em seu primeiro confronto com um governo que eles próprios ajudaram a eleger, o que tornou muito difícil a resistência já que os servidores ficaram isolados em relação aos outros setores sindicais. Mesmo assim, os sindicatos de servidores federais protagonizaram uma importante greve que resultou em uma marcha à Brasília que reuniu cerca de 70 mil pessoas, que apesar de não ter conseguido derrotar o projeto do governo, colocou em movimento um processo de reorganização do movimento sindical brasileiro.

Um outro aspecto importante para o movimento sindical dos anos do PT do governo é a aceleração do processo iniciado já na década de 90 de adaptação das centrais sindicais, em especial a CUT, ao Estado brasileiro. parte dos diretores sindicais passaram a assumir um papel de gestores do Estado, assumindo cargos dentro do governo. O caso mais emblemático é quando o presidente da CUT, Luiz Marinho, assume o ministério do Trabalho.

Essa conjuntura leva alguns setores, em especial do funcionalismo, a romperem com a CUT e se organizarem em outras centrais sindicais sendo a primeira dessas a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) que mais tarde passará por um processo de unificação com setores do movimento popular passando a se chamar Central

Sindical e Popular CONLUTAS (CSP-CONLUTAS), mas outras Centrais Sindicais se formam com a CTB, e essas passam a ser reconhecidas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. M. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BANDEIRA, M. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSBAWN, Eric. J. **Sobre História**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GUIMARÃES JUNIOR, M. C. P. de **O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital**. 309p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18081/1/SurgimentoCoordenacaoNacional.pdf> Acesso em: 23 set 2017.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

OLIVEIRA, J. L. de. **Sindicalismo sem Marx a CUT sem Espelho**. Fortaleza: Editora UFC, 2013.

ROSSI, W. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

TEONES, F. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo: Cortez, 2013.

ANEXO A – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO PNLD 2018 FORNECIDA PELO FNDE

EDITORA	CÓDIGO	TÍTULO	COMPONENTE	ANO	TIPO (L: Livro do Alunos; M: Livro do Professor)	QUANTIDADE POR LIVRO	ETAPA DE ENSINO	QUANTIDADE POR COLEÇÃO
EDITORA FTD S.A.	0137P18043101IL	HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA	História: ensino médio	1ª série	L	714.214	Ensino Médio	1.820.725
EDITORA FTD S.A.	0137P18043101IM	HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA	História: ensino médio	1ª série	M	9.969	Ensino Médio	
EDITORA FTD S.A.	0137P18043102IL	HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA	História: ensino médio	2ª série	L	568.812	Ensino Médio	
EDITORA FTD S.A.	0137P18043102IM	HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA	História: ensino médio	2ª série	M	8.475	Ensino Médio	
EDITORA FTD S.A.	0137P18043103IL	HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA	História: ensino médio	3ª série	L	511.331	Ensino Médio	
EDITORA FTD S.A.	0137P18043103IM	HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA	História: ensino médio	3ª série	M	7.924	Ensino Médio	

SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0104P180 43101IL	HISTÓRIA GLOBAL - VOLUME 1	História: ensino médio	1ª série	L	451.895	Ensino Médio	1.136.038
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0104P180 43101IM	HISTÓRIA GLOBAL - VOLUME 1	História: ensino médio	1ª série	M	6.185	Ensino Médio	
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0104P180 43102IL	HISTÓRIA GLOBAL - VOLUME 2	História: ensino médio	2ª série	L	352.375	Ensino Médio	
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0104P180 43102IM	HISTÓRIA GLOBAL - VOLUME 2	História: ensino médio	2ª série	M	5.153	Ensino Médio	
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0104P180 43103IL	HISTÓRIA GLOBAL - VOLUME 3	História: ensino médio	3ª série	L	315.642	Ensino Médio	
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0104P180 43103IM	HISTÓRIA GLOBAL - VOLUME 3	História: ensino médio	3ª série	M	4.788	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0190P180 43101IL	HISTÓRIA – DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO	História: ensino médio	1ª série	L	423.053	Ensino Médio	1.068.925
EDITORA MODERNA LTDA	0190P180 43101IM	HISTÓRIA – DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO	História: ensino médio	1ª série	M	5.838	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0190P180 43102IL	HISTÓRIA – DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO	História: ensino médio	2ª série	L	331.800	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0190P180 43102IM	HISTÓRIA – DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO	História: ensino médio	2ª série	M	4.894	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0190P180 43103IL	HISTÓRIA – DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO	História: ensino médio	3ª série	L	298.740	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0190P180 43103IM	HISTÓRIA – DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO	História: ensino médio	3ª série	M	4.600	Ensino Médio	

SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0105P180 43101IL	HISTÓRIA 1 - VOLUME 1	História: ensino médio	1ª série	L	264.265	Ensino Médio	662.444
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0105P180 43101IM	HISTÓRIA 1 - VOLUME 1	História: ensino médio	1ª série	M	3.696	Ensino Médio	
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0105P180 43102IL	HISTÓRIA 2 - VOLUME 2	História: ensino médio	2ª série	L	205.843	Ensino Médio	
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0105P180 43102IM	HISTÓRIA 2 - VOLUME 2	História: ensino médio	2ª série	M	3.056	Ensino Médio	
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0105P180 43103IL	HISTÓRIA 3 - VOLUME 3	História: ensino médio	3ª série	L	182.734	Ensino Médio	
SARAIVA EDUCAÇÃO O LTDA	0105P180 43103IM	HISTÓRIA 3 - VOLUME 3	História: ensino médio	3ª série	M	2.850	Ensino Médio	
QUINTETO EDITORIAL LTDA	0146P180 43101IL	#CONTATO HISTÓRIA	História: ensino médio	1ª série	L	235.104	Ensino Médio	596.535
QUINTETO EDITORIAL LTDA	0146P180 43101IM	#CONTATO HISTÓRIA	História: ensino médio	1ª série	M	3.217	Ensino Médio	
QUINTETO EDITORIAL LTDA	0146P180 43102IL	#CONTATO HISTÓRIA	História: ensino médio	2ª série	L	184.981	Ensino Médio	
QUINTETO EDITORIAL LTDA	0146P180 43102IM	#CONTATO HISTÓRIA	História: ensino médio	2ª série	M	2.623	Ensino Médio	
QUINTETO EDITORIAL LTDA	0146P180 43103IL	#CONTATO HISTÓRIA	História: ensino médio	3ª série	L	168.122	Ensino Médio	
QUINTETO EDITORIAL LTDA	0146P180 43103IM	#CONTATO HISTÓRIA	História: ensino médio	3ª série	M	2.488	Ensino Médio	
EDITORA ATICA S.A.	0027P180 43101IL	HISTÓRIA - PASSADO E PRESENTE - DOS PRIMEIROS HUMANOS AO REASCIME NTO – VOLUME 1	História: ensino médio	1ª série	L	220.893	Ensino Médio	561.221
EDITORA ATICA S.A.	0027P180 43101IM	HISTÓRIA - PASSADO E PRESENTE - DOS PRIMEIROS HUMANOS AO REASCIME	História: ensino médio	1ª série	M	3.086	Ensino Médio	

		NTO – VOLUME 1						
EDITORA ATICA S.A.	0027P180 43102IL	HISTÓRIA - PASSADO E PRESENTE - DO MUNDO MODERNO AO SÉCULO XIX - VOLUME 2	História: ensino médio	2ª série	L	173.816	Ensino Médio	
EDITORA ATICA S.A.	0027P180 43102IM	HISTÓRIA - PASSADO E PRESENTE - DO MUNDO MODERNO AO SÉCULO XIX - VOLUME 2	História: ensino médio	2ª série	M	2.588	Ensino Médio	
EDITORA ATICA S.A.	0027P180 43103IL	HISTÓRIA - PASSADO E PRESENTE - DO SÉCULO XX AOS DIAS DE HOJE – VOLUME 3	História: ensino médio	3ª série	L	158.408	Ensino Médio	
EDITORA ATICA S.A.	0027P180 43103IM	HISTÓRIA - PASSADO E PRESENTE - DO SÉCULO XX AOS DIAS DE HOJE – VOLUME 3	História: ensino médio	3ª série	M	2.430	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0122P180 43101IL	CONEXÕES COM A HISTÓRIA	História: ensino médio	1ª série	L	209.766	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0122P180 43101IM	CONEXÕES COM A HISTÓRIA	História: ensino médio	1ª série	M	2.990	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0122P180 43102IL	CONEXÕES COM A HISTÓRIA	História: ensino médio	2ª série	L	167.937	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0122P180 43102IM	CONEXÕES COM A HISTÓRIA	História: ensino médio	2ª série	M	2.569	Ensino Médio	536.861
EDITORA MODERNA LTDA	0122P180 43103IL	CONEXÕES COM A HISTÓRIA	História: ensino médio	3ª série	L	151.200	Ensino Médio	
EDITORA MODERNA LTDA	0122P180 43103IM	CONEXÕES COM A HISTÓRIA	História: ensino médio	3ª série	M	2.399	Ensino Médio	
LEYA EDITORA LTDA	0161P180 43101IL	OFICINA DE HISTÓRIA	História: ensino médio	1ª série	L	209.382	Ensino Médio	529.030

LEYA EDITORA LTDA	0161P180 43101IM	OFICINA DE HISTÓRIA	História: ensino médio	1ª série	M	2.983	Ensino Médio	
LEYA EDITORA LTDA	0161P180 43102IL	OFICINA DE HISTÓRIA	História: ensino médio	2ª série	L	164.755	Ensino Médio	
LEYA EDITORA LTDA	0161P180 43102IM	OFICINA DE HISTÓRIA	História: ensino médio	2ª série	M	2.511	Ensino Médio	
LEYA EDITORA LTDA	0161P180 43103IL	OFICINA DE HISTÓRIA	História: ensino médio	3ª série	L	147.049	Ensino Médio	
LEYA EDITORA LTDA	0161P180 43103IM	OFICINA DE HISTÓRIA	História: ensino médio	3ª série	M	2.350	Ensino Médio	
EDITORA SCIPIONE S.A.	0047P180 43101IL	OLHARES DA HISTÓRIA BRASIL E MUNDO - VOLUME 1	História: ensino médio	1ª série	L	194.644	Ensino Médio	
EDITORA SCIPIONE S.A.	0047P180 43101IM	OLHARES DA HISTÓRIA BRASIL E MUNDO - VOLUME 1	História: ensino médio	1ª série	M	2.727	Ensino Médio	
EDITORA SCIPIONE S.A.	0047P180 43102IL	OLHARES DA HISTÓRIA BRASIL E MUNDO - VOLUME 2	História: ensino médio	2ª série	L	153.914	Ensino Médio	
EDITORA SCIPIONE S.A.	0047P180 43102IM	OLHARES DA HISTÓRIA BRASIL E MUNDO - VOLUME 2	História: ensino médio	2ª série	M	2.280	Ensino Médio	494.809
EDITORA SCIPIONE S.A.	0047P180 43103IL	OLHARES DA HISTÓRIA BRASIL E MUNDO - VOLUME 3	História: ensino médio	3ª série	L	139.098	Ensino Médio	
EDITORA SCIPIONE S.A.	0047P180 43103IM	OLHARES DA HISTÓRIA BRASIL E MUNDO - VOLUME 3	História: ensino médio	3ª série	M	2.146	Ensino Médio	
EDICOES ESCALA	0124P180 43101IL	POR DENTRO DA HISTÓRIA 1	História: ensino médio	1ª série	L	80.626	Ensino Médio	200.871

EDUCACIONAL LTDA								
EDICOES ESCALA EDUCACIONAL LTDA	0124P18043101IM	POR DENTRO DA HISTÓRIA 1	História: ensino médio	1ª série	M	1.300	Ensino Médio	
EDICOES ESCALA EDUCACIONAL LTDA	0124P18043102IL	POR DENTRO DA HISTÓRIA 2	História: ensino médio	2ª série	L	62.110	Ensino Médio	
EDICOES ESCALA EDUCACIONAL LTDA	0124P18043102IM	POR DENTRO DA HISTÓRIA 2	História: ensino médio	2ª série	M	1.117	Ensino Médio	
EDICOES ESCALA EDUCACIONAL LTDA	0124P18043103IL	POR DENTRO DA HISTÓRIA 3	História: ensino médio	3ª série	L	54.670	Ensino Médio	
EDICOES ESCALA EDUCACIONAL LTDA	0124P18043103IM	POR DENTRO DA HISTÓRIA 3	História: ensino médio	3ª série	M	1.048	Ensino Médio	
EDITORA DO BRASIL S.A.	0187P18043101IL	HISTÓRIA EM DEBATE 1	História: ensino médio	1ª série	L	63.693	Ensino Médio	160.750
EDITORA DO BRASIL S.A.	0187P18043101IM	HISTÓRIA EM DEBATE 1	História: ensino médio	1ª série	M	918	Ensino Médio	
EDITORA DO BRASIL S.A.	0187P18043102IL	HISTÓRIA EM DEBATE 2	História: ensino médio	2ª série	L	49.961	Ensino Médio	
EDITORA DO BRASIL S.A.	0187P18043102IM	HISTÓRIA EM DEBATE 2	História: ensino médio	2ª série	M	754	Ensino Médio	
EDITORA DO BRASIL S.A.	0187P18043103IL	HISTÓRIA EM DEBATE 3	História: ensino médio	3ª série	L	44.710	Ensino Médio	
EDITORA DO BRASIL S.A.	0187P18043103IM	HISTÓRIA EM DEBATE 3	História: ensino médio	3ª série	M	714	Ensino Médio	
PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA-ME	0108P18043101IL	CENAS DA HISTÓRIA 1	História: ensino médio	1ª série	L	47.753	Ensino Médio	122.412
PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA-ME	0108P18043101IM	CENAS DA HISTÓRIA 1	História: ensino médio	1ª série	M	690	Ensino Médio	
PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA-ME	0108P18043102IL	CENAS DA HISTÓRIA 2	História: ensino médio	2ª série	L	38.358	Ensino Médio	
PALAVRAS PROJETOS	0108P18043102IM	CENAS DA HISTÓRIA 2	História: ensino médio	2ª série	M	592	Ensino Médio	

		BRASIL NO SÉCULO XXI						
BASE EDITORIAL LTDA	0119P180 43103IM	CAMINHOS DO HOMEM: DO IMPERIALISMO AO BRASIL NO SÉCULO XXI	História: ensino médio	3ª série	M	302	Ensino Médio	
TOTAL	-	-	-	-	-	7.946.693	-	7.946.693